



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

ATA NÚMERO TRÊS

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE.

----- Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, na Sala D. Manuel I, no Edifício dos Paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de três de abril de dois mil e treze, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
 3. 1 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 1/2013; -----
 3. 2 INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO REGIMENTO]; -----
 3. 3 PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----
 3. 4 INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

3.5 DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2012;

3.6 APROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA MACROESTRUTURA NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO – ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS; ARTIGO 4.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – CARGOS DIRIGENTES DAS CÂMARA MUNICIPAIS; ARTIGO 5.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – CARGOS DIRIGENTES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS; ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – JÚRI DE RECRUTAMENTO;

3.7 RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE CONCURSO (SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA);

3.8 PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CONCELHO DA MAIA;

3.9 PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

3.10 PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE VENDA AMBULANTE E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO;

3.11 PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS;

3.12 PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO;

3.13 CONFORMAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2013 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) À NOVA MACROESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;

3.14 ADESÃO DO MUNICÍPIO À “COOPERZOO – COOPERATIVA ZOOLÓGICA DA MAIA, C.R.L., COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E RESPONSABILIDADE LIMITADA”;

3.15 ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M. – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA;

3.16 ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA PARA AS AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS (SOCIAIS, HUMANITÁRIAS, CULTURAIS, DESPORTIVAS OU JUVENIS) DO CONCELHO DA MAIA;

3.17 DOCUMENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2012 DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M., MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M., ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

E.E.M., DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS,
E.E.M.M. (CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA) E DO TECMAIA – PARQUE
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA;-----

3. 18 APROVAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA
MAIA REVISTO;-----

3. 19 ISENÇÃO DA TAXA DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO – ALTERAÇÃO AO
ALVARÁ 14/84 – LOCAL DA OBRA: RUA DO CAVACO E VIA PERIFÉRICA;-----

3. 20 ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE
FINS MÚLTIPLOS “CD – ARICD REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO – ASSOCIAÇÃO”.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, do PS, pediu a substituição, sendo substituído pelo Senhor Pedro Miguel Monteiro Martins, já anteriormente identificado; a Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, da CDU, tinha pedido a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Pedro Miguel Neves Ferreira, já anteriormente identificado; o Senhor Deputado Cândido Joaquim Lima da Silva Graça solicitou a substituição, tendo sido substituído pelo Senhor Tiago João Tavares dos Santos Silva, já anteriormente identificado; o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de São Pedro de Avioso, Maurício Fernandes de Oliveira Ramos fez-se representar pelo Senhor Carlos Manuel Pereira Assunção, Tesoureiro. Os documentos comprovativos destes pedidos fazem parte integrante da ata como **documentos um, dois e três, respetivamente**. O Senhor Presidente deu conhecimento do falecimento da irmã do Senhor Presidente da Junta de Nogueira, Ilídio da Silva Carneiro. Também informou da metodologia de trabalho que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

sido levado a cabo pela Mesa, em que todos os documentos que cheguem à Assembleia Municipal são reencaminhados via e-mail a todos os Deputados. Se for preciso prestar algum esclarecimento, a Mesa encontra-se disponível e, em caso de necessidade, o assunto será trazido à Assembleia.

-----Verificadas as presenças, constataram-se as ausências dos Senhores Deputados Abílio Rodrigues de Sousa, David Augusto Duarte Tavares e Ilídio da Silva Carneiro.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa para a mesma se organizar. Também informou que, sendo estas sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta.

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados:

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA apresentou os cumprimentos, registando a forma como foi comemorado o 25 de Abril por esta Assembleia, com a dignidade que esta data merece e que se reviu na intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, ao contrário de outras intervenções como a do líder da bancada do PSD, António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, que inventariou uma conjunto de coisas que seriam mais apropriadas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

uma tomada de posse mas não para esta data. Num país com uma situação económica social muito grave, nunca como hoje o espírito de 25 de Abril esteve tão longe de estar concretizado, lutando por uma sociedade mais justa e mais solidária. A destruição do espírito de Abril tem-nos roubado tudo mas não consegue roubar o sonho, pois esse permanece. Agradeceu mais uma vez pela forma como foi comemorado o 25 de Abril.

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES cumprimentou os presentes, intervindo para, em primeiro lugar, afirmar que gostou das comemorações do 25 de Abril de uma forma digna, simples e que nos fez ter esperança que essa data não morra, apesar de muita gente a querer “abafar”. Como amanhã é o dia 1 de Maio, também é uma data que não pode ser esquecida e deve ser comemorada, dando honra a todos os trabalhadores no ativo ou não; deve-se meditar no que estão a fazer em Lisboa, desgovernando-nos, roubando-nos e atacando-nos violentamente todos os dias. Comemorar esta data é um dever; segundo, e como não conseguiu marcar uma reunião com o Senhor Presidente, aproveitou esta ocasião para o fazer, apresentando uma entrevista dada pelo Senhor Presidente ao Jornal de Notícias, neste dia, em que é afirmado que a Câmara está impedida de gastar o dinheiro a mais que receber este ano. Sendo assim, não haverá dinheiro para as obras programadas para Vila Nova da Telha. Sobre o IMI é referido que terá que ser aplicado em títulos de tesouro ou em certificados de aforro. O aumento do IMI foi aprovado nesta Câmara e Assembleia e mais valia ter aprovado a sua diminuição porque saíam assim todos beneficiados. O mesmo acontece com os pórticos, porque se antes era culpa do Governo Socialista, e sendo apologistas de que deveria ter-se lutado mais, com manifestações, mas mudou-se de Governo, sendo agora da mesma cor política da Câmara, mas nada foi feito para retirar os mesmos. É um descalabro os pórticos na Maia, pois desloca-se na Maia quatro a cinco quilómetros e paga 3 pórticos e quando se desloca à sua terra – Vale de Cambra - cerca de 50 km, apenas paga um. Em Lisboa ninguém



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

liga à Maia, ao Senhor Presidente da Câmara, à Assembleia Municipal, à Assembleia Metropolitana, fazendo tudo o que querem. Desde 2002 que tem vindo sempre a evidenciar estas situações na sua freguesia: passagem provisória de acesso à Unidade de Saúde de Pedras Rubras – há pouco tempo foi feito um abaixo-assinado por 800 pessoas e logo após a sua deslocação, o Presidente manifestou aos moradores que os utentes teriam que fazer um trajeto de mais de seis km; há seis meses recebeu uma carta da Câmara a informar que o assunto estava tratado, mas segundo foi agora informado, só agora é que se vai iniciar a obra para um trajeto provisório com a colaboração do Senhor Presidente da Junta de Moreira; questionou o Senhor Presidente da Câmara, visto que há cerca de dez anos que se fala de uma expropriação de um terreno definitivo, para quando a conclusão deste trajeto definitivo. Fica contente se for bom para os habitantes de Vila Nova da Telha este trajeto provisório, temendo apenas que este provisório nunca passe a definitivo, nunca chegando a ter a via estruturante. Estando já próximo as eleições autárquicas, as pessoas dizem que se não houver Rua da Fábrica nem a passagem nem sequer vão votar, ou poderão ir mas mudando a sua intenção de voto. Relativamente aos passeios neste arruamento e ao seu alargamento, estava triste porque recebeu muitas informações contraditórias, tanto está tudo pronto para abrir concurso ou não há cabimento para iniciar os procedimentos – questionou o Presidente sobre qual a informação correta, se é a dada pelos técnicos ou pelos políticos; a Rua Manuel Fonseca e Castro (continuação e prolongamento para a Rua da Fábrica) estando quase pronta a parte privada mas falta ainda a parte pública, carecendo de uma pequena pavimentação, estando ali parada; falou novamente do túnel do aeroporto, com um piso constantemente em mau estado bem como uma iluminação deficiente. Todos os dias existiam reclamações na Junta. Questionou se o dinheiro gasto em várias reparações no pavimento ao longo dos anos, não era o suficiente para já ter sido feito uma obra definitiva? É uma rua com bastante trânsito. Para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

terminar, mencionou o Parque de Quires que é um lugar de excelência, um cartão de visita da freguesia, sendo aprazível e frequentado por várias pessoas mas é mal estimado no que concerne à falta de manutenção de jardins e onde proliferam dezenas de cães livres. Já comunicou às entidades mas continua tudo igual e até hoje recebeu a notícia de que o parque serve para a prática de equitação. Também, e tal já foi falado em Sessão da Assembleia de Freguesia, aos sábados de manhã, o parque também é utilizado como parque para carrinhos telecomandados, fazendo ruído, perturbando o sossego. Não há policiamento e a Junta de Freguesia é que é culpada de tudo pois é o primeiro escudo da Câmara. Não gostaria de ter que mencionar mais estas situações mas se for preciso fará novamente nesta casa, até término do mandato, pois o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha não desistiu de governar a sua freguesia.

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA saudou todos os presentes e leu o documento identificado como **documento quatro**.

ARIDIO DOS ANJOS TEIXEIRA saudou todos os presentes, congratulando a Assembleia Municipal pela forma como foi comemorado o 25 de Abril, discordando de alguns discursos feitos que mais pareciam publicidade à campanha eleitoral. Reviu-se totalmente na intervenção feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que foi digno e de acordo com a sua identidade respeitou todas as pessoas e ao mesmo expressou o seu “estado de alma”. Relembrou que na Rua da Costa com o entroncamento com a Rua Nova da Gandra, há cerca de ano e meio, foi tirado ou roubado 3 metros de grade da passagem de água. Teve a intervenção da Protecção Civil que apenas colocou umas balizas. Foi a pedido de interessados que falou deste problema porque têm feito várias tentativas para falarem com o Senhor Presidente da Junta, a quem cabe resolver este assunto, mas como dizem eles que “se morassem em Roma era mais fácil falar com o Papa do que falar com o Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

Junta”, apelou à intervenção do Senhor Presidente da Câmara porque como o “Senhor Presidente da Junta é uma sua invenção, o Senhor Presidente tem obrigação de procurar ajudar a resolver algumas anomalias que infelizmente a Junta não tem feito”.

PAULA CRISTINA FERREIRA GUIMARÃES DUARTE saudou todos os presentes e leu o documento identificado como **documento cinco**.

VITOR MIGUEL SILVA saudou os presentes, subscrevendo as palavras do Dr. José António Andrade Ferreira, mas reforçou que enquanto “esta gente” que está no Governo lá estiver, aproveita este palco para estar, constantemente, a falar, a dar voz e a ter voz. Enquanto tiver voz lá estará e também dará voz por outros que estão constantemente a ser roubados. A percepção que tinha há uns anos atrás e que se tem vindo a agudizar em relação aos democratas, aos falsos democratas, aos fascistas que são muitos, estando rodeados por eles. Isto mesmo frisou na pretérita sessão. Eles estão a enterrar o país não por nenhuma obrigação, mas com convicção. As pessoas têm que ter uma atitude séria e olhar para o que se passa. Esta crise não é só no nosso país. A origem está no facto de ser preciso reduzir os custos de trabalho, e foi-se baixando. Havia a frase de um cardeal que pedia conselhos ao seu amigo: “António se queres o povo do teu lado dá-lhe fome”. E é isso que estão a fazer e continuarão a fazer enquanto nós deixarmos. É este alerta, este grito de revolta que as pessoas têm que dar. Nós estamos a ser “assassinados” e estamos a perder tudo. Não vale a pena fazer-se demagogia, fazer política nas Assembleias, em reuniões ou até no Parlamento onde se fazem intervenções sem interesse nenhum. As pessoas estão fartas, fartas de “gente” que os estão a representar, mas que não representam nada porque a maior parte deles não sabe o que é a realidade. Nestes últimos vinte anos, infelizmente, nós temos profissionais da política que começaram a sua “atividade profissional por entrar numa Câmara, depois são assessores, chegam a secretários de estado até a ministros, presidentes de ranchos folclóricos e cursos”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Nós estamos a ser governados por “gente” e no futuro seremos governados por “gente” que está a tratar do desgraçado que trabalhou 40 anos, a ganhar o ordenado mínimo e a ter reformas de 200 ou 300 euros, e ainda vão roubar um bocadinho porque vive acima das suas possibilidades. Mas os governantes ganham acima dos 1500 euros. Ficou arrepiado quando ouviu de uma camarada questionar se havia gente a viver com 400 euros. Pediu aos Senhores Deputados para refletirem no que se passa neste país e depois se é normal vir para aqui pensar que está tudo bem. Mas não está! Percorreu algumas cidades do país e acha notável como todos os partidos políticos estão completamente desfasados da realidade, vendo *slogans* que são completas “aberrações”. Há uma mensagem clara de desespero da população portuguesa que tem que ser repetida e replicada nestes fóruns sob pena de ser esquecida. Ouvir do Presidente da República, cheio de tiques de fascista, que é preciso voltar à agricultura quando foi ele um dos impulsionadores para “queimar a enxada”. Terá sempre este desabafo enquanto esta “gente” estiver no poder e o pior que pode acontecer é serem substituídos por alguém ainda pior. É preciso muita atenção. As pessoas devem olhar para o futuro e aquilo que querem do futuro. É um momento muito grave aquele que se atravessa, em Portugal, na Europa e no mundo e nós temos que ter coragem para “fazer força” nos sítios certos. Voltou a frisar o problema do lixo, assunto aliás já falado por um munícipe, e numa intervenção numa das últimas sessões e agora pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira: a periodicidade da recolha do lixo, o problema dos cheiros, pedindo ao Senhor Presidente com os serviços para ver a possibilidade da 3.^a recolha essencialmente nos indiferenciados e a segurança nos passeios (crianças, pessoas em cadeiras de rodas).-----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BATISTA saudou os presentes, salientando que gostou da intervenção do Senhor Deputado Vítor Miguel Silva, subscrevendo-a na grande parte, mas é pena que estes discursos só aparecerem agora. Mas nunca é tarde! O Bloco de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

Esquerda já andava a alertar para o rumo que o país estava a tomar e isso está patente nas suas intervenções nesta Assembleia Municipal. Enalteceu também como foi comemorado o 25 de Abril, como o Bloco de Esquerda tem vindo a defender. Não é preciso gastar muito dinheiro para comemorar com dignidade. De seguida, e sendo amanhã o dia 1 de Maio – Dia dos Trabalhadores, leu uma declaração política identificada como **documento seis**.-----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA prescindiu do uso da palavra.-----

JOSÉ MANUEL TEIXEIRA DE AZEVEDO saudou os presentes, pedindo algumas respostas ao já anteriormente exposto, noutras Sessões, sobre o Parque de Avioso, sobre os jardins da Coopermaia e Nortecoope. Ouviu um discurso no 25 de Abril que o deixou atónito – que a zona industrial tinha sido um trabalho do PSD, mas não é verdade. A zona industrial foi começada em 1978, 1979, sendo já projectado com algumas avenidas. Alertou também que a PSP e as Finanças de Águas Santas foram instaladas pelo 1.º Executivo eleito democraticamente – o PS; a instalação da Conservatória do Registo Predial da Maia foi instalada nessa altura; o Tribunal da Maia foi instalado nesta altura; a descentralização dos SMAS para Águas Santas foi feita nesta altura; a 1.ª estação de tratamento na zona norte – Zona de Cambados – foi feita nesta altura; a cobertura do pavilhão municipal de Águas Santas e uma bancada foi feita nesta altura e nesta altura havia pouco dinheiro. A 1.ª e 2.ª fases do Estádio da Maia foi nesta altura; a localização das Finanças na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras foi feita nesta altura; temos que colocar a verdade acima de tudo, não fazendo discursos vãos. Afirmou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à data Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa e consequentemente Deputado, sabe bem que é verdade.-----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES saudou todos os presentes, afirmando que a sua intervenção visava apenas temperar a intervenção do Senhor Deputado Vítor Miguel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

da Silva, porque quando se falou daquela “gente” que lá está, essa mesma “gente” não fez nenhum assalto ao poder, foi eleita legitimamente para gerir os destinos do país que estava na pré-bancarrota e obrigada a cumprir o acordo que foi celebrado entre o Governo Socialista e a Assistência Financeira – os nossos credores – que nos estão a “alimentar” para puderem ser pagos os salários e as pensões. Apesar de não concordar com todas as medidas tomadas por este Governo, eles estão lá numa missão de sacrifício porque hoje ser ministro nestas circunstâncias, ele próprio dispensaria muito bem essa missão. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, saudou todos os presentes, começando por referir-se à intervenção do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira sobre as Comemorações do 25 de Abril, concordando com a mesma. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Floriano Pinho Gonçalves, achou estranha e até inoportuna a sua exposição sobre a marcação da reunião porque está sempre disponível para atender todos os Presidentes das Juntas de Freguesia e para todos os municíipes. A Assessora do Senhor Presidente atendeu um munícipe e foi-lhe dito exactamente o que foi dito ao Senhor Presidente da Junta: o caminho de acesso aos utentes para o Centro de Saúde está há dois meses adjudicado, mas o mau tempo não tem ajudado. Já falou com o empreiteiro e a obra irá começar brevemente. Em relação ao IMI, este foi baixado em 25%, de 5 para 4, e o Estado veio buscar um milhão de Euros pela avaliação dos prédios. Também afirmou que o IMI não vai subir no concelho da Maia mas se subisse e como não se deve nada a ninguém a curto prazo, não poderíamos usar este dinheiro como era sua intenção na ação social. Teria que ser para pagar dívida mas como a Câmara não tem, o mesmo teria de ser aplicado em títulos de tesouro. Em relação aos pórticos, tem sido um lutador e continuará a lutar, como referiu na última Sessão, seja qual for o governo. O nosso desenvolvimento económico está dependente da retirada dos pórticos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

Mas lembrou que quem os colocou foi o governo anterior mas este governo também não resolveu a situação. Em relação à Rua da Fábrica, como já várias vezes comunicou ao Senhor Presidente da Junta, irá ser feita, mas é preciso ter fundos disponíveis para a mesma ser realizada. A Rua Manuel Francisco Castro está ultimada e a Rua da Fábrica, nesta próxima reorganização dos fundos, vai ser acautelada esta empreitada. Mas alertou o Senhor Presidente da Junta que a prioridade desta Câmara não é fazer ruas e alargamento de estradas mas sim a ação social, porque neste momento são os que mais precisam. Em relação ao túnel do aeroporto é verdade o que foi dito mas também é do conhecimento que o túnel iria ser alargado, a rede de trânsito iria fluir noutro sentido e a construção de um *tax-way* mas não é culpa da Câmara mas mesmo assim o pavimento foi mandado arranjar. Em relação ao Parque de Quires desconhecia a situação mas irá tratar do assunto. Em resposta ao Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira é bem verdade que o pavimento betuminoso não pode ser colocado com o tempo invernosso. Seria gastar mal o dinheiro. Não é verdade o encerramento dos CTT em Gueifães – a Estação continua a funcionar graças ao Senhor Presidente da Junta que reuniu com a Câmara e os CTT. Era intenção dos CTT não só fechar esta mas também a de Águas Santas. Mas nem uma nem outra irão fechar. Em relação à recolha de lixo vai ver o que se passa. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira e ao arruamento mencionado vai ver o que se passa; informou que o Senhor Presidente da Junta foi eleito democraticamente e não é nenhuma invenção; é um bom presidente e continuará a ser se o povo assim o entender. Em relação à Senhora Deputada Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte endereçou os cumprimentos pela brilhante intervenção, estando plenamente de acordo, sendo a Câmara da Maia uma das 80 Câmaras que assinou uma petição feita pelo Presidente da Câmara de Coimbra, dirigida ao Senhor Presidente da República para não promulgar a Lei das Finanças Locais; mais informou que na próxima sexta-feira estará a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

defender os interesses dos autarcas e, acima de tudo, a defender os interesses da Maia. Em relação ao Senhor Deputado Vítor Miguel da Silva, vai novamente falar com a Empresa Municipal em relação ao lixo. Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Manuel Teixeira Azevedo sobre o Parque de Avioso há um contencioso com o empreiteiro; sobre os jardins da Nortecoope pensou que já estava tudo tratado mas irá novamente ver o que se passa; em relação às elencações feitas referiu que o Tribunal da Maia foi feito há dez anos.----

FLORIANO PINHO GONÇALVES salientou que gosta que os compromissos assumidos sejam cumpridos e não quer ser enganado, porque se o enganam ele acaba por enganar terceiros. Questionou o Senhor Presidente se o pedido de audiência vai ser atendido ou não porque o mesmo se mantém; se está disponível para o receber porque as respostas dadas à sua intervenção não foram totalmente satisfatórias.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES respondeu que o receberá o mais brevemente possível.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES e em relação ao 25 de Abril, queria deixar uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal da Maia pela colaboração mas sobretudo a todos, de uma maneira ou outra, ficou grato e em nome da Assembleia Municipal agradeceu a todos os colaboradores e ficou satisfeito com os comentários feitos, pela forma simples digna e desinteressada que foi comemorado o 25 de Abril. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES, informou que foram entregues na Mesa duas Moções.-----

----- Posta à admissão a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Sobre o encerramento da estação dos CTT em Gueifães”, identificado como **documento sete**, a mesma foi **admitida por unanimidade**.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

----- Para a sua discussão, inscreveu-se e usou da palavra os Senhores Deputados:-----

ANTÓNIO ALBERTO ANJOS MONTEIRO, PRESIDENTE DA JUNTA DE GUEIFÃES, reforçou o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara e após várias reuniões, o processo de encerramento dos CTT em Gueifães está parado. A Junta fez várias propostas aos CTT e já recebeu feedback que as mesmas irão ser aceites. Salientou que não tem nada contra a Moção, porque sempre reforça, mas os CTT de Gueifães não vão fechar.----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA salentou a sua surpresa porque ainda ontem com conversas com os funcionários de Gueifães foi informado que o posto iria fechar. No entanto, a notícia agora dada sempre é mais agradável; no entanto, salentou que a Assembleia Municipal deveria discutir esta moção, reforçando que esta Estação continue a funcionar. De seguida, leu a moção.-----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA informou que o Grupo Parlamentar do PSD e após as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães entende que não será oportuna, nesta altura, aprovar uma moção deste teor. Houve uma plataforma de entendimento e receia que a aprovação desta moção venha a fazer mais mal do que bem. Ou o Bloco de Esquerda retira a moção apresentada ou então o PSD votará contra.-----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA questionou o Senhor Presidente sobre o que foi dito sobre o não encerramento das Estações de Gueifães mas também a de Águas Santas, e gostaria que o Senhor Presidente assumisse este compromisso. Mas mais confuso ficou com a intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva sobre manter a calma, não exercendo um direito de manifestação sob pena de serem prejudicados.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, relembrhou que a Moção era sobre a Estação dos CTT em Gueifães.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, informou que reuniu com o Senhor Presidente da Junta de Gueifães e os CTT que garantiram que não fechavam. A Junta fez um acordo com os CTT, fazendo lá tudo excepto os títulos de aforro. Em relação a Águas Santas, a Estação não fechará, apóis a “força” da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.

----- Posta à votação a Moção “Sobre o encerramento da estação dos CTT em Gueifães”, a mesma foi rejeitada por maioria, com 3 votos a favor (BE e CDU), os votos contra do PSD e a abstenção do PS e do Deputado Independente.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES fez Declaração de Voto, tendo votado contra porque, após os esclarecimentos prestados, não tinha sentido esta moção e fazê-la quando se está a negociar, também não é o mais adequado. Ele próprio acompanhou o processo, estando muito bem tratado.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES pôs à votação a admissão da Moção do Bloco de Esquerda “A democracia local não pode aceitar candidaturas fora-da-lei”, identificado como **documento oito**.

----- A Moção foi rejeitada por maioria, com os votos contra do PSD, e a favor os votos do PS, CDU, BE e o Deputado Independente.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA interveio, fazer uma Declaração de Voto, para evidenciar que se está a chegar às eleições autárquicas – a democracia local não pode aceitar candidaturas fora-da-lei. Estas candidaturas são feitas em sede de tribunal e que é um Meritíssimo Juiz que decide se são válidas ou não. Não se deve misturar o foro judicial com demagogia política.

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES interveio para fazer uma Declaração de Voto, lamentando que nesta sessão da Assembleia Municipal, sendo que já não é a primeira vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA



tal acontece, rejeitar a discussão sobre uma matéria que se reveste de superior importância para todos os portugueses. Negar quando é conveniente – porque a bancada do PSD só o faz quando é conveniente - discutir assuntos com esta sensibilidade, é uma atitude de cobardia política. Afirmou que estão constantemente a minorar o papel da Assembleia Municipal para discutir os problemas dos cidadãos e enquanto assim for, está-se a condenar o trabalho aqui realizado a ser ignorado por quem está lá fora.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA interveio para fazer uma Declaração de Voto no sentido de afirmar que não se tratava de um problema jurídico mas de um problema político, da clareza que devem ser os órgãos e a moção visava isso. Ao não discutir a moção apresentada, subscreveu as palavras do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, considerando uma cobardia política da bancada da maioria, não querer discutir esta moção.

VITOR MIGUEL DA SILVA fez uma Declaração de Voto no sentido de afirmar que votou favoravelmente a admissão desta moção e deveria ser votada a admissão de qualquer moção, seja qual for o tema, e depois discutir-se-ia ou não. Gostaria de discutir esta moção mas não lhe foi dada a oportunidade. Depois de belíssimos discursos de 25 de Abril há dias, dá-se uma demonstração de democracia e de uma elegância democrática intelectual extraordinária.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para fazer a defesa da honra e aos que se indignam com as suas palavras e que entendem que é um profundo ato de democracia e liberdade um órgão político discutir questões judiciais. O PSD não alinha nestas democracias. Cobardia política? A sua cobardia política é de tal ordem que dará uma aula de feitura de moções. Na próxima assembleia em vez de haver uma moção sobre as candidaturas fora da lei, façam uma moção para discutir a limitação dos mandatos, queremos saber se os Senhores Presidentes de Câmara podem concorrer três anos, três mandatos, quatro ou cinco e cá estarão para as discutir. Tem pena que o PS, pela voz do seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Secretário Geral, acuse os outros de cobardia política quando cobardia política teve o PS na Assembleia da República, que é o órgão próprio para clarificar a limitação dos mandatos, quando fugiu ao repto lançado pelo PSD para fazer essa clarificação. O Grupo Parlamentar do PSD está apto para discutir essa limitação. Se não apresentarem essa proposta, o PSD apresentará.

JOÃO VELOSA DA SILVA TORRES afirmou que se todos os cidadãos pudessem acompanhar os trabalhos desta sessão não dariam nenhum crédito ao Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, porque os exercícios de demagogia que tem feito ao longo destes anos, enquanto deputado do PS nesta Assembleia Municipal, permitem que lhe faça o seguinte reparo: “Vir aqui dizer que foi o PS que se furtou a um esclarecimento da Lei quando é público que o esclarecimento que o Partido Social Democrata fez não ia ao encontro daquela que era a vontade política do PS, é apenas atirar areia para os olhos dos cidadãos e de todos os cidadãos aqui presentes, em particular, porque o PS é, particularmente no que diz respeito a Autarcas Presidentes de Câmara Municipal, contra a possibilidade um Presidente de Câmara que já cumpriu três mandatos à frente de um órgão político de poder-se candidatar a um outro concelho e, no PSD, essa vontade política não prevaleceu sobre os interesses mesquinhos do aparelho do PSD e quem faz essa referência não é nenhum militante do PS, são alguns militantes do vosso partido”.

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Inscreveu-se o munícipe João Couto Lopes, residente na Rua A, n.º 33, na freguesia de Vila Nova da Telha, para falar sobre acessibilidades e acesso à USF em Moreira, cuja ficha de inscrição está identificada como **documento nove**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1. – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 1/2013;

----- Posta à votação a mesma foi aprovada por maioria, com duas abstenções (os ausentes na respectiva Sessão);-----

3.2. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO REGIMENTO];

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, informou que tinha sido enviado a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal” que faz parte integrante como documento **número dez.**-----

---- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

MÁRIO MOREIRA DUARTE, após os cumprimentos, interveio para falar das políticas da Câmara da Maia, aproveitando as Informações. Estava patente a dificuldade que o PS tinha em fazer um paralelo entre o Governo Central e a Câmara da Maia. Viviam-se tempos de angústia e de desespero mas na Maia não acontecia por falta de apoio da Câmara. Podia acontecer por causa das leis do Governo Central. E isso estava patente nas informações do Senhor Presidente. O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana não respondeu ao Prohabita mas o Senhor Presidente estava preocupado com a habitação social e desenvolveu um conjunto de ações nesse âmbito. O Senhor Presidente não se colava ao poder central e daí a dificuldade do Partido Socialista em fazer críticas à Câmara. Por outro lado, o governo não conseguiu parar a dívida mas a Câmara conseguiu reduzir em 60 milhões. E aqui residia a diferença. Mas o Senhor Presidente não herdou a dívida de uma gestão socialista na Câmara, ao contrário do Governo que herdou uma dívida do Sócrates. Existia no país uma ideia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

desilusão, um desencanto de descrédito de orfandade política e até ideológico. Tivemos um governo de esquerda que tomou medidas de direita e um governo de direita que tomou medidas de esquerda no âmbito da segurança social. Em relação ao emprego dos jovens, o programa MaiaGo é de salientar a sua importância de inserção na vida ativa. A Câmara fez a relação e o intercâmbio entre a formação escolar e mundo empresarial, com grandes parceiros, como a Efacec e a Sonae, que acreditavam na política da Câmara Municipal. Em relação ao ambiente, também a Maia é pioneira. Continuamos na frente! Estava patente nas hortas biológicas na escola, não se limitando à Quinta da Gruta, querendo levar a sensibilização ambiental às escolas. Não se podia criticar. Quanto às acessibilidades rodoviárias, todos concordavam com a importância com o nó rodoviário em Nogueira. A Câmara não esqueceu e numa época de crise, a Câmara comprometeu-se que esse nó será feito, nó esse essencial para as freguesias de S. Pedro Fins, Folgosa, Silva Escura e Nogueira. A Câmara mesmo em tempos de crise, conseguiu distinguir o que é essencial do que é acessório. A Oposição podia criticar o Pedro Passos Coelho mas não conseguia criticar o Presidente da Câmara Municipal. A finalizar, desejava que amanhã no 1.º de Maio todos comungassem do ideal de defesa do trabalho, dos trabalhadores e do trabalho com direitos. Não é apanágio da dita esquerda ou da direita, é uma exigência da moralidade, é um imperativo da consciência. Alertou ainda que não é possível defender os trabalhadores sem criar incentivos ao investimento. Devem estar unidos na defesa do trabalho com direitos mas também unidos para fazer crescer o investimento. Deixou um repto ao Senhor Ministro das Finanças para deixar, de uma vez por todas, a regra dos rendimentos e o país crescerá. Deixou uma ideia de os rendimentos prediais serem separados e tributados autonomamente dos rendimentos dos trabalhos. E quando isso acontecer o mercado do arrendamento florescerá e as taxas municipais crescerão. Viva o 1.º de Maio e o desenvolvimento do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BATISTA leu o documento identificado com o número onze.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, afirmou que não entende o que é pretendido: se a Informação é curta é porque é curta se é longa é porque é longa. Com a Informação tentou esclarecer todos os Deputados da acção da Câmara Municipal; falou-se em pórticos, tudo está a ser feito pela Câmara; em relação ao Teatro Art'imagem, a mesma é uma empresa privada e a Câmara não pode beneficiar uma empresa privada ao colocar a sinalização; em relação à Socialis, informou e tal como descrito na presente informação, da realização de uma reunião com o Secretário de Estado da Segurança Social com várias IPSS, entre quais a Socialis e onde a mesma levantou as suas questões, obtendo a devida resposta; em relação às árvores se cortam árvores é porque cortam, se plantam é porque plantam, em relação aos bairros sociais houve uma transferência monetária no valor de mais de um milhão de Euros para a Espaço Municipal para proceder a obras/reparações e o Bairro do Sobreiro vai ser requalificado.

3.3. - PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA leu o documento identificado com o número doze.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o documento identificado com o número treze.

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS leu o documento identificado com o número catorze.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES leu o documento identificado com o número quinze.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA prescindiu do uso da palavra.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, subscreveu a fundamentação feita pelo Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves.

-----Posto à votação a “Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 da Câmara Municipal da Maia”, foi a mesma **aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD e do Deputado Independente, os votos contra do PS, BE e a CDU e uma abstenção do Senhor Deputado António Alberto Anjos Monteiro.**

3.4. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO;

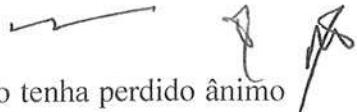
----- Posto à apreciação do “Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação”, foi o mesmo **apreciado favoravelmente.**

3.5. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2012;

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** que, sobre os Documentos Finais dos SMAS, afirmou que a excelência da gestão dos Serviços faz com que a oposição permaneça em silêncio, há vários anos, quando se discute a prestação de contas. É dum tempo em que o PS dizia que os SMAS estavam tecnicamente falidos. O rigor da gestão dos SMEAS é por todos reconhecidos; porém, a falta de escrutínio com que esta Assembleia Municipal tem tratado os documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA



enviados pelos SMEAS deu origem a que o Conselho de Administração tenha perdido ânimo na elaboração dos mesmos. Este documento contém uma gralha: a Administração dos SMEAS diz que em 2012 a facturação com a venda de energia eléctrica aumentou; o que uma grande parte dos Deputados desconhece é que o SMEAS através da sua congeneração vende energia eléctrica à EDP – em 2012 e contrariamente ao que diz os documentos presentes os SMEAS não venderam energia à EDP, valor esse de venda de 40 euros e uma perda de 10 mil euros. Numa estrutura com a saúde financeira dos SMEAS é de pouco significado; porém, o Governo irá provavelmente diminuir essa receita, proveniente da venda de energia. Da análise deste relatório foi perceptível que o sistema de congeneração foi objecto de uma ampla reestruturação o que motivou que os SMEAS apenas começassem a vender precisamente neste mês de 2013, após um interregno. Mais um *input* do município à preservação do meio ambiente. Receava que a receita que daí advém deixará de advir. Outro aspeto preocupante para todos à exceção da Oposição é o facto dos SMEAS terem comprado 9 milhões de metros cúbicos de água e só ter vendido 6 milhões. O que significa uma perda na ordem dos 26%. Os SMEAS são pioneiros, têm capacidade de investimento mas quem procura a excelência da gestão não pode deixar de apelar à Administração que continue neste esforço permanente de diminuição de perdas e optimização dos recursos. De acordo com as estatísticas, as perdas médias em Portugal rondavam os 38%, com uma rede mais pequena. O da Maia rondava os 25%. O do Porto na ordem dos 50%. Congratulou o Senhor Presidente pela excelente empresa que é o SMEAS e dizer que estão conscientes de que tem de continuar a investir para continuar a optimizar os seus recursos e a servir a população da Maia de forma ímpar no país, contando com o apoio da bancada da Maioria.

----- Posto à votação os “Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2012”, foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

os mesmos aprovada por maioria, com um voto contra do PS.-----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto: “Eu voto contra embora tivesse interesse em votar a favor, mas voto contra pela demagogia do Senhor António Fernando que faz dos outros burros e nós não somos burros, nós sabemos o que andamos a fazer e nunca dissemos aqui que os Serviços Municipalizados tinham uma administração errada e que tinham prejuízo. Nunca fizemos. E ele veio para aqui dizer que nós dissemos isso. É mentira e por isso voto contra com muito gosto”.-----

3.6. APROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA MACROESTRUTURA NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO – ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS; ARTIGO 4.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – CARGOS DIRIGENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS; ARTIGO 5.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – CARGOS DIRIGENTES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS; ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSSTO – JÚRI DE RECRUTAMENTO; -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS**, para colocar uma questão. A dúvida prendia-se com uma possível incompatibilidade legal da proposta apresentada. A lei refere a necessidade de serem designadas personalidades e a Câmara Municipal apresentava neste conjunto de anexos, quatro propostas em que não são reconhecidas as pessoas que vão fazer parte do júri, sendo apenas indicado o cargo e não a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

personalidade. Esta situação e apesar do ponto d) da proposta apresentada e com a qual a Câmara tentou ultrapassar esta situação, não parecia ser o procedimento correto e do ponto de vista de enquadramento legal levantava dúvidas. A lei refere que quer o Presidente quer os Vogais são designados de entre personalidades reconhecidas de mérito profissional, de credibilidade moral e integridade pessoal e para o PS ficava a dúvida de como aferir estes requisitos da lei quando não se conheciam as pessoas indicadas.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, informou que estava tudo dentro da lei, como faziam as outras Câmaras, tendo-se recorrido a uma Câmara Socialista e a uma Câmara do PSD – Matosinhos, Trofa e Felgueiras para integrar os júris, e os restantes membros indicados são entidades reconhecidas. Mais informou que a própria Câmara – Directores e Técnicos Superiores - já foi integrante de júri em outras Câmaras Municipais.

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS pediu um esclarecimento, visto que em todos os júris são referidos os nomes das pessoas e em quatro casos são omissas as pessoas, exemplificando o caso do Chefe da Unidade de Contratação Pública em que é apenas indicado os cargos, e no Chefe de Unidade de Notariado apenas os vogais estão identificados.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES informou que nestes júris apenas estão indicados os cargos porque são também cargos a estão a concurso. Estes quatro casos apenas dizem respeito às Unidades Intermédias.

----- Posto à votação a “Aprovação da adequação da macroestrutura nos termos da Lei n.^º 49/2012, de 29 de agosto – procede à adaptação à Administração Local da Lei n.^º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do estado. Decreto-Lei n.^º 305/2009, de 23 de outubro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

– estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais; artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto – cargos dirigentes das Câmaras Municipais; artigo 5.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto – cargos dirigentes dos Serviços Municipalizados; artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto – júri de recrutamento”, foi a mesma **aprovada por maioria, com as abstenções do PS, BE e CDU.**

3.7. RECRUTAMENTO, SELECÇÃO E PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE CONCURSO (SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA);

----- Ninguém se inscreveu.

----- Posto à votação a proposta de “Recrutamento, selecção e provimento de cargo de direção superior de 1.º Grau – proposta de designação do júri de concurso (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia)”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**

3.8. PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CONCELHO DA MAIA;

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL e em nome da Mesa propôs que do ponto 3.8 a 3.12 que são Regulamentos enquadrados na Lei, pudessem ser abordados no conjunto e votados separadamente.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA, para falar sobre o 3.8, leu o documento identificado com o **número dezasseis**.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, informou que este Regulamento esteve em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓ ✓
A A

inquérito público, pelo período de 30 dias, tendo sido afixado nas Juntas de Freguesia e publicitado na internet e neste período qualquer município ou outra entidade pôde contestar.---

----- Posto à votação a “Proposta de Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços no concelho da Maia”, foi a mesma **aprovada por maioria, com os votos contra do BE e CDU.**-----

3.9. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL.

----- Ninguém se inscreveu.-----

-----Posto à votação a “Proposta de Regulamento Municipal de estabelecimentos de alojamento local”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**-----

3.10 PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE VENDA AMBULANTE E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO.

----- Ninguém se inscreveu.-----

-----Posto à votação a “Proposta de Regulamento Municipal de venda ambulante e de prestação de serviço de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**-----

3.11. PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS.

----- Ninguém se inscreveu.-----

----- Posto à votação a “Proposta de Regulamento Municipal sobre o exercício de atividades diversas”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**-----

3.12 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES interveio para solicitar esclarecimento se é entendível como ocupação do espaço público a colocação de um estaleiro de inertes. Questionou porque não conseguiu verificar isso no Regulamento, mas admitiu que não seja considerado. Relativamente às contraordenações e sanções no artigo 60.º que regulava de uma forma fácil a forma de fiscalização e respetivas consequências. Estes regulamentos são importantes para os municípios porque até regulavam atividades importantes mas mais do que a sua aprovação é a sua eficácia. São documentos bem estruturados mas depois, infelizmente, na prática, eles têm pouca consequência, particularmente no que diz respeito à fiscalização e às consequências da mesma, que podem inviabilizar os objetivos do Regulamento.-----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA considerou pertinentes as questões colocadas pelo Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves, mas a sua intervenção visava, e poderia ser fonte de receita, sobre tributar, em termos de licenciamento, os ATM. O Bloco de Esquerda já o mencionou e há outras Câmaras que assim fazem. Se se tributava feiras e pequenos comerciantes, também se deveria tributar os bancos. Considerou que esta medida deveria ser tomada pela Câmara Municipal.-----

----- Posto à votação a “Proposta de Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público”, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

3.13 – CONFORMAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2013
(ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) À NOVA MACROESTRUTURA
ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;-----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS** para dar nota que o PS não tem nada a opor em termos técnicos mas irão abster-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

para serem coerentes com a posição tomada aquando da votação das Grandes Opções do Plano, que foi contra.

----- Posto à votação a “Conformação dos documentos previsionais para 2013 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) à nova macroestrutura organizacional da Câmara Municipal da Maia”, foi a mesma **aprovada por maioria, com a abstenção do PS.**

3.14 - ADESÃO DO MUNICÍPIO À “COOPERZOO – COOPERATIVA ZOOLÓGICA DA MAIA, C.R.L., COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E RESPONSABILIDADE LIMITADA”.

----- Ninguém se inscreveu.

----- Posto à votação a “Adesão do Município à “Cooperzoo – Cooperativa Zoológica da Maia, C.R.L., Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**

CARLOS SANTOS TEIXEIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MAIA, agradeceu a solidariedade e gratidão de todos - Câmara, Assembleia, Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia, aos partidos políticos - ao longo de muitos anos, e solicitou ao Presidente da Assembleia o agendamento de uma visita ao ZOO. Aproveitou para fazer uma proposta ao Executivo para que desde 2007 – ano em que a Assembleia aprovou a continuidade do Zoo, que estava ameaçado de encerramento, sejam a todos atribuídos um livre-trânsito vitalício. Foi uma grande luta, de todos, mas saíram vencedores afirmando que política é política mas bairrismo é bairrismo.

3.15 - ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M. – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA.

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA fez uma referência prévia ao ponto 5 dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

considerandos que o Partido Socialista não podia subscrever, considerando até “patético” que num contrato desta natureza se façam apreciações, como as enumeradas no ponto 5. A excelência retratada não era o estado degradado em que estão os Bairros do Sobreiro e do Meilão. O PS não votava nem considerandos nem preâmbulos. No ponto 2, na cláusula 3 e no ponto 5, cláusula 3 estavam mencionados anexos, mas os mesmos eram omissos, não podendo ser apreciados pelos Senhores Deputados. Para uma apreciação em consciência, considerava fundamental que estivessem presentes. Como querem votar e a favor, e fá-lo-ão, se os anexos forem presentes. Sendo assim ou este ponto era retirado, juntando-se os documentos em falta e seria enviado novamente numa próxima sessão ou a maioria faz o que já tem feito e aprova mesmo assim, mas não podia contar com a aprovação do PS.-----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA referiu que faltam documentos para ser tomada uma decisão convicta e em consciência. Também concordou na retirada deste ponto. Por outro lado, também referiu que no contrato programa não é mencionado o bairro mais degradado do concelho da Maia – o Bairro do Sobreiro. Solicitou uma resposta a esta questão. Tem vindo a defender que a Espaço Municipal, do ponto de vista da sua autonomia financeira e condições de procedimento no seu objectivo como empresa municipal, tem dado indícios de que não tem condições financeiras para continuar. O BE tem defendido que é preferível que deixasse de existir e que a habitação social passasse para o domínio da Câmara Municipal.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, também considerou que os documentos em falta são importantes para a análise e aprovação do ponto em questão.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES esclareceu que os mapas de trabalho são os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures and initials]

trabalhos específicos que irão se realizar e o cronograma financeiro é o dinheiro que a Câmara dará para o valor das obras que estão em causa. O Senhor Presidente apelou que este assunto tem que ser enviado para o Tribunal de Contas e se a Assembleia Municipal não aprovar este contrato, não se poderá arranjar os bairros sociais.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA esclareceu que a Assembleia não iria votar um ponto sem os documentos; porém, não percebeu bem da importância desses documentos; tratava-se da autorização da Assembleia Municipal para a celebração de um contrato programa que iria ser visado pelo Tribunal de Contas e os documentos em falta, embora importantes, mas a decisão a tomar era política e consistia em saber ou não, se se autorizava a Câmara Municipal a dar cerca de um milhão de euros à Espaço Municipal, num contrato programa para a Entidade Empresarial Municipal fazer obras nos empreendimentos municipais. Pediu que reconsiderassem sob pena de não se obter este ano o visto do Tribunal de Contas.

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA, e dada a urgência do documento e estando todos de boa fé neste processo, apresentou a seguinte sugestão à Mesa: o ponto seria aprovado hoje com o compromisso de ser enviado via e-mail os anexos em falta, a curto prazo, para apreciação. Não estava apenas em questão os valores mas sim quais as prioridades definidas no mapa de trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, assumiu o compromisso de enviar os documentos em falta a todos os Senhores Deputados presentes e ausentes, via e-mail. Mais sugeriu que, caso houvesse alguma questão, que a mesma fosse colocada à Mesa, para a mesma transmitir ao Senhor Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, pediu a palavra para responder ao Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, para informar que o Bairro do Sobreiro não está contemplado neste contrato programa porque vai ser feito com fundos próprios da Espaço Municipal.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA questionou se a Espaço Municipal pede uma verba suplementar para fazer obras como é que tem verbas próprias para requalificar o Bairro Social do Sobreiro.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, esclareceu que a Espaço Municipal tem fundos próprios para a requalificação do Bairro do Sobreiro.

----- Posto à votação a “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. – celebração de contrato-programa”, foi a mesma **aprovada por maioria**, com a abstenção do Partido Socialista.

3.16 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA PARA AS AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES SEM FINIS LUCRATIVOS (SOCIAIS, HUMANITÁRIAS, CULTURAIS, DESPORTIVAS OU JUVENIS) DO CONCELHO DA MAIA.

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES**, que interveio para dar nota que nos tempos que decorrem “qualquer migalha é pão”, e assim podiam ser libertadas verbas para outras carências. Contudo e não só durante o período de assistência financeira como era referido na proposta, deixando a possibilidade desta isenção, no que diz respeito às Juntas de Freguesia, parceiro da Câmara Municipal, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

futuro, possam vigorar para sempre. Aproveitou também para dizer que relativamente à Tabela das Taxas e Licenças em vigor, brevemente, trará uma proposta para as Juntas de Freguesia não terem de pagar taxas e licenças de requerimentos, de certidões, de photocópias. Este Regulamento foi aprovado em sede da Assembleia Municipal e não deu conta do que lá estava expresso. Continuava com dúvidas se tal era coerente ou não. Se assim for, trará uma proposta em nome da Bancada do PSD para esta isenção.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, indagou se era uma proposta de recomendação ou uma recomendação e se era para constar da ata.

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES respondeu que gostaria que ficasse em ata, ficando a mesma registada como proposta de recomendação.

----- Posto à votação a “Alteração ao Regulamento Tarifário dos Serviços Municipalizados da Maia para as Autarquias e Instituições sem Fins Lucrativos (sociais, humanitárias, culturais, desportivas ou juvenis”), foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

3.17. - DOCUMENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2012 DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M., MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M., ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M., DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M. (CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA) E DO TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA.

----- A documentação foi apreciada favoravelmente.

3.18 - APROVAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MAIA REVISTO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES salientou que gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal três pontos: em primeiro lugar, no sentido de valorizar estes instrumentos de gestão do território, no sentido de com eles promover políticas que possam potenciar o desenvolvimento económico dum concelho. Em segundo lugar, as revisões aos PDM são utilizadas como forma de contornar algumas barreiras em relação ao ordenamento do território. Neste caso e em outros, a Câmara Municipal não se assumia como um agente proactivo no processo de consulta, um período de consulta de 30 dias, com editais afixados nas Juntas de Freguesia ou no site, sendo pouco para que os cidadãos interessados pudessem analisar um documento técnico com cunho político. Por último, sendo o PDM hoje um documento de orientação política e atendendo a que na 1.^a fase de implementação do PDM a execução de construção de equipamentos ficou muito aquém do esperado, e atendendo que a Assembleia Municipal é um órgão de fiscalização, com alguns poderes deliberativos mas não por exceléncia o órgão executivo, o PS vai abster-se, manifestando preocupações para o futuro que partilhou com os Senhores Deputados.-----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA interveio concordando com a intervenção precedente. Relembrou que o Bloco de Esquerda já tinha feito, em 2010, uma Proposta de Recomendação nesse sentido. Aproveitou para reafirmar que essa Recomendação dado à tecnicidade do documento e até do próprio PDM, é importante que a Assembleia Municipal, para tomar posição desta matéria, tenha um conhecimento mais profundo sobre o mesmo. A Proposta de Recomendação feita visada que fosse criado uma comissão de acompanhamento de execução do PDM, tal como previsto na Lei (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro), composta por um elemento de cada partido com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

assento parlamentar e por representantes das freguesias. Assim sendo, afirmou que o sentido de voto do BE é a abstenção. Mesmo nas reuniões dos líderes, os mesmos deveriam estar mais bem preparados para tomar uma decisão sobre as alterações e o PDM.

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, afirmou que a Câmara Municipal sempre esteve disposta a esclarecer todas as dúvidas suscitadas. Se assim entenderem, a Mesa com o Senhor Presidente, o Vereador responsável e o próprio Departamento, marcará uma reunião.

----- Posto à votação a “Aprovação da 1.^a Alteração ao Plano Diretor Municipal da Maia Revisto”, foi a mesma **aprovada por maioria, com as abstenções do PS, BE, CDU e uma do PSD.**

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA solicitou a palavra para fazer uma Declaração de Voto: “A minha abstenção tem apenas um significado porque a Câmara Municipal não tem acolhido de bom tom as recomendações da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia relativamente a esta matéria. E como tal, abstive-me e é esta a posição dos autarcas da Vila de Moreira porque não tem sido acolhidas as recomendações que têm feito ao longo do tempo relativamente ao PDM”.

3.19 ISENÇÃO DA TAXA DE LIGAÇÃO DE SANEAMENTO – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ 14/84 – LOCAL DA OBRA: RUA DO CAVACO E VIA PERIFÉRICA;

----- Ninguém se inscreveu.

----- Posto à votação a “Isenção da taxa de ligação de saneamento – Alteração ao alvará 14/84 – Local da obra: Rua do Cavaco e Via Periférica”, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

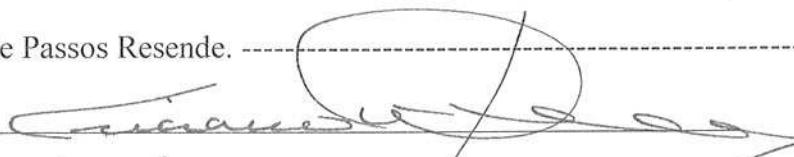
**3.20 ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE
FINS MÚLTIPLOS “CD – ARICD REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO – ASSOCIAÇÃO”.**

----- Ninguém se inscreveu.-----
----- Posto à votação a ratificação da “Escritura de constituição da Associação de Municípios de Fins Múltiplos “CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação”, foi a mesma **ratificada por unanimidade**.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, agradeceu a perseverança de todos, e afirmou que com esta iniciativa a Assembleia Municipal deu um contributo efectivo para o bem e para o financiamento da Câmara Municipal.-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e quarenta e cinco minutos do dia um de maio do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.^a Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: 
A 1.^a Secretária: 
A 2.^a Secretária: -----

Assembleia Municipal da Maia

De: Irothes@sapo.pt
Enviado: quarta-feira, 24 de Abril de 2013 16:41
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Justificação de ausência na 2.ª Sessão Ordinária

Ex.mo Senhor Presidente da AMM

Compromissos profissionais inadiáveis impedem-me de estar presente na 2.ª sessão ordinária da AMM, a realizar no dia 30 de abril de 2013. Solicito, por isso, que V. Ex.^a convoque um novo elemento da lista candidata do PS à AMM.

Com os meus cumprimentos

Luís Rothes

deputado do PS/AMM

Quoting Assembleia Municipal da Maia <assembleia@cm-maia.pt>:

Ex.mos(as) Senhores (as) Deputados (as) Municipais

Informa-se V. Exas. da realização da 1.ª Sessão Extraordinária marcada para o dia 25 de abril corrente, tendo como ordem de trabalhos o Hastear das Bandeiras Nacional e do Município e a Evocação do dia 25 de Abril de 1974.

Mais se informa que as convocatórias para esta Sessão e a para a 2.ª Sessão Ordinária de 30 de abril, seguem, hoje, via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Falei co Sr
Luciano. Solicitei
a convocação do
seguinte 24/04

Assembleia Municipal da Maia

Documento 2

De: ALCINDA MÁRCIA [alcinda.marcia@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 19 de Abril de 2013 15:55
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Substituição

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Luciano da Silva Gomes

Cessa que o refute
22/4/13

Venho por este meio, solicitar a minha substituição por Pedro Ferreira, para a reunião da Comissão de Trabalho das Atividades da Assembleia Municipal, marcada para o próximo dia 23 de abril, pelas 18h30, bem como para a 1.^a sessão extraordinária a ter lugar no dia 25 de Abril - Sessão Evocativa do 25 de Abril - e para a 2.^a sessão ordinária a ter lugar no dia 30 de Abril.

Com os melhores cumprimentos,

Márcia Oliveira

DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

Eu Mauricio Fernandes de Oliveira Ramos, Presidente da Junta de Avioso S. Pedro, declaro que devido a questões pessoais relativas ao meu trabalho não poderei estar presente na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 30 de Abril de 2013.

Em minha representação e substituição irá o Sr. Carlos Manuel Pereira Assunção Tesoureiro desta Junta de Freguesia.

Sem outro assunto de momento endereço os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta de Freguesia



Mauricio Fernandes Oliveira Ramos

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Intervenção do Período Antes da Ordem do Dia

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Na última sessão ordinária desta Assembleia, tivemos a oportunidade de questionar o senhor Presidente da Câmara acerca do estado de alguns arruamentos do município. Outros poderiam ter sido referidos – de resto, foram-no numa outra intervenção que se seguiu à nossa – porém, escolhemos aqueles cuja situação nos parecia especialmente grave, fosse por se encontrarem no estado actual há muito tempo, fosse pela perigosidade que representavam para a segurança rodoviária. O senhor engenheiro Bragança Fernandes entendeu dizer, conforme se pode ler na acta que hoje aprovámos, que “os arruamentos citados estão em obras, em fase de intervenção.” Ora, tal não é verdade. Dos exemplos por nós citados, um há que aparentemente está a ser alvo de trabalhos, concretamente a putativa rotunda na confluência da rua D. Silvia Teixeira com a Rua de Real em Vermoim. Os outros não estavam a ser alvo de obras então, nem tão pouco o foram no tempo que decorreu até hoje. O que, convém dizer, muito nos espanta, ou não tivesse V. Exa. iniciado a sua resposta congratulando-se por a CDU não encontrar problemas maiores que estes para trazer à Assembleia Municipal, sinal de que, segundo depreendemos

✓ ✓
M

da sua opinião, a CDU não veria outros problemas na Maia. Foi uma pequena expressão que nem sequer ficou em acta. Não faz mal. Compreendemos bem o arroubo pré-eleitoralista, chamemos assim, que o acometeu. É fruta da época. Na verdade, como o Senhor Presidente bem sabe, a Maia tem muitos outros problemas – alguns deles bem graves – que incessantemente nesta assembleia, sessão após sessão, vimos referindo. Naturalmente, enumerá-los a todos numa mesma sessão, num período antes da ordem do dia, retiraria muitas horas de sono aos estimáveis membros da mesa e às senhoras e aos senhores deputados aqui presentes, e provavelmente acabariam diluídos na sua própria imensidão, não tendo o tratamento merecido. Dessa vez referimos um problema importante para nós, para a Câmara Municipal aparentemente não. Os mais incautos poderão ficar surpreendidos por, nesse paraíso na terra que a maioria vigente apregoa não ter sido possível ao menos dar início a uns trabalhos sem grande dimensão, os quais trariam evidentes melhorias ao município, nomeadamente aos moradores das áreas referidas. Já para os mais atentos, trata-se tão somente de mais um exemplo da inércia deste executivo municipal.

Aparentemente, está a terminar aquilo que V. Exa. designa por “grande invernia” e um dia destes serão iniciadas obras de reparação. A ver vamos. Suspeitamos que, depois da grande invernia, grande de quase quatro anos, teremos um calor abrasador que se estenderá até Outubro...

Porque de problemas da Maia estamos a falar, importa dar conta do já confirmado encerramento da estação dos CTT de Gueifães. Depois de Vermoim, outra freguesia da cidade perde a sua estação dos correios. Menos um serviço, portanto, mais um exemplo da excessiva centralização dos serviços públicos no espaço central da cidade. Mais um pequeno retrocesso, mais uma carga inexplicável para tantos municípios que levantam as suas reformas nos CTT e que deverão agora deslocar-se à

✓
MF

estação da cidade da Maia. Perguntamos: o que tem feito a Câmara Municipal para evitar esta migração de um serviço cuja utilidade é bem fácil de aferir por todos aqueles que dele usufruem e o vão perder sem qualquer justificação?

Por fim, uma nota acerca do novo sistema de recolha de lixos que está a ser posto em prática na Maia. A CDU reconhece o trabalho feito pela Câmara Municipal no que a recolha selectiva de resíduos diz respeito, assim como alguns dos resultados obtidos que seguramente nos causam satisfação. Temos, porém, algumas preocupações decorrentes deste novo sistema, nomeadamente da regularidade das recolhas que nos parece escassa. Os contentores, pela sua dimensão, poderão certamente aguentar longos períodos sem serem esvaziados. Mas preocupa-nos a excessiva acumulação de resíduos nas casas das pessoas, especialmente agora que vai chegar o tempo quente. Temos algumas dúvidas se será a opção mais correcta em termos de salubridade. Queremos saber se tem havido algum tipo de questionamento acerca disto, se há perspectivas de aumentar a periodicidade das recolhas, ou diminuir a dimensão dos contentores que, segundo nos tem sido referido por vários municíipes, chegam a ser um estorvo especilmente em habitações mais exíguas ou com muitas escadas. Trata-se de uma questão eminentemente prática que, esperamos, possa merecer a sua melhor atenção, Senhor Presidente da Câmara, mesmo que enfeitada por enlevos retóricos próprios destas épocas.

Para terminar, permitam-nos uma saudação fraterna a todos os operários e trabalhadores da Maia. Amanhã celebraremos com eles o 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. E ainda, para todos os trabalhadores desempregados, uma palavra de esperança: possa este 1.º de Maio, pela união e pela luta de todos, ser o impulso necessário para o fim de um Governo que trata como criminosos os que vivem da sua força de

trabalho e para uma mudança real de política, tão desejada quanto necessária.

Viva o 1.^o de Maio!



Maia, 30 de Abril de 2013

O Deputado da Coligação Democrática Unitária



Só há Poder Local quando as Autarquias são respeitadas, quando são realmente autónomas, quando são suficientemente claras e definidas as suas atribuições e competências, quando são dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes para prosseguir e exercer as suas funções, e quando não forem, como está a acontecer hoje, controladas, cerceadas e limitadas pelo Poder Central.

Atualmente, o Poder Local vê-se confrontado com um conjunto crescente de impasses, de incertezas, de dificuldades, de diplomas incongruentes e de intromissões ilegítimas no exercício das atribuições e competências municipais, que têm resultado num clima de desconfiança e de menorização do Poder Local.

De facto, como é do conhecimento de todos, são diversos os diplomas legais que têm condicionado a gestão municipal das nossas 308 autarquias, desde logo a lei da assunção de compromissos e dos pagamentos em atraso, limitativa da autonomia administrativa e financeira, ou ainda a legislação do estatuto do pessoal dirigente, que impôs uma redução drástica do número de dirigentes, numa clara violação da autonomia municipal.

E nesta altura, são já demasiadas as situações de desrespeito e de ingerência por parte do Estado Central para com as autarquias.

É pois tempo de fazer valer os interesses das Autarquias Portuguesas, mas acima de tudo, os direitos de todos os portugueses que contam com a sua Câmara Municipal para continuar a prover as suas necessidades.

Nessa linha, não podemos permitir que aconteçam situações que roçam o ridículo, como as que surgiram no início do presente ano letivo, em que as Câmaras Municipais se viram impedidas de contratar serviços fundamentais e prioritários como transportes, refeições escolares, componentes de apoio à família e atividades extracurriculares para milhares de crianças, por imposição da lei da assunção de compromissos e dos pagamentos em atraso.

A estes absurdos somou-se a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica que propôs um mapa autárquico, baseado no corte a régua e esquadro, efetuado por técnicos que desconhecem o terreno, e que teve como único objetivo a obtenção de números, almejando a aritmética simples de menos freguesias, neste caso menos 1000 freguesias, afetando 200 concelhos portugueses.

E este escalar de ataques ao Poder Local trouxe-nos aqui.

O Governo está a levar a efeito um conjunto significativo de mudanças com incidência nas Autarquias Locais, que se escudam, mas que excedem já os compromissos assumidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, e que não levaram em conta a opinião e a visão dos representantes dos Municípios, os verdadeiros interessados nesta matéria.

O facto é que esta Lei das Finanças Locais é uma investida contra a estabilidade das autarquias, no momento em que estas enfrentam uma das conjunturas económicas, financeiras e sociais mais adversas de sempre, e num momento em que deveriam, e precisariam de estar concentradas para continuar a responder às necessidades das suas populações.

E tal acontece, justamente numa conjuntura em que a transferência de mais competências para os municípios na área social, mas também na saúde, no ambiente e no ordenamento do território, tem sido crescente.

Mas a prática tem sido retirar apoios financeiros, e deixar que sejam as Câmaras Municipais a lidar com os problemas e as dificuldades no terreno.

E a quem recorrem as famílias em desespero de causa?

Ao Presidente da sua Junta de Freguesia e ao Presidente da sua Câmara Municipal.

*See hq
dever del
Habitação Social*

E apesar de todos os obstáculos e dificuldades, estes Autarcas têm continuado a encontrar soluções, a dar a cara, a tentar com extrema eficácia a aplicação dos parcós recursos públicos.

Mas toda esta situação atingiu proporções incomportáveis, e é imperioso que esta transferência de competências do Poder Central para os municípios tenha a correspondente transferência de meios financeiros.

As nossas Autarquias locais encontram-se pois, numa situação financeira muito delicada, essencialmente porque as receitas próprias diminuíram drasticamente, por causa da crise, provocando uma degradação financeira acelerada, agravada pela redução das receitas provenientes do Orçamento de Estado.

E esta Lei das Finanças Locais agravou ainda mais todo este panorama, alterando aspetos relevantes do normal funcionamento dos Municípios.

✓ ✓
X X

Esta revisão introduziu alterações em áreas como o equilíbrio orçamental, os limites da dívida, os mecanismos de recuperação financeira, a prestação de contas individual e consolidada, a auditoria externa e a certificação legal de contas.

¶ Quanto às receitas provenientes da Derrama, foi "destruída" a relação com o IRC, através dum nova relação com o lucro tributável, que veio penalizar ainda mais as receitas municipais, beneficiando apenas as grandes e muito grandes empresas, em prejuízo das médias, pequenas e microempresas.

Foi ainda destruída a relação que obrigava a que as transferências do Orçamento de Estado para os Municípios mais frágeis fosse, obrigatoriamente, superior à média de variação global verificada para os 308 Municípios.

Mas esta Lei vai ainda mais longe e afeta a capacidade de gestão e a autonomia locais, colocando em causa o princípio da estabilidade orçamental decorrente da injusta repartição dos recursos públicos propostos, colocando em causa o princípio da solidariedade nacional recíproca.

Por todas estas razões, em boa hora, o Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses decidiu enviar ao Presidente da República um documento em que

defende a constitucionalidade parcial desta Lei das Finanças Locais.

E um dos aspetos do diploma cuja constitucionalidade é suscitada, é justamente o facto do associativismo municipal que é voluntário, ser consagrado na lei como crucial para a delegação de competências da Administração.

Ora a delegação de competências não pode ser efetuada nas comunidades intermunicipais, mas sim nas Autarquias.

Por outro lado, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e todos os Autarcas Portugueses questionam ainda os elementos financeiros de partida, previstos na nova Lei das Finanças Locais, já que estes estão fundamentalmente baseados nas receitas da reavaliação extraordinária.

E não podemos avançar com uma Lei que tem na base uma discrepância de estimativas tão grande, de um lado o Poder Central que prevê 780 milhões de receitas fruto das reavaliações, enquanto os cálculos da Associação Nacional de Municípios apontam para 300 milhões de euros de receita real, ou seja, menos de metade do que foi calculado.

A complicar toda esta conjuntura, e ainda no entendimento de centenas e centenas de autarcas portugueses e da própria Associação Nacional de Municípios, o que se prepara é a intervenção ilegítima e a ingerência por parte do Estado no funcionamento dos Municípios, conferindo poderes ao Governo para exercer uma tutela política que é inadmissível.

E para além de todas as questões jurídicas, administrativas, financeiras, contabilísticas, ou mesmo formais colocadas nesta Lei, a redução das receitas municipais prevista é de facto muito preocupante, e colocará os municípios numa situação pouco sustentável.

Em suma, vivemos um tempo de desconfiança, e em que a culpa de todos os males parece ser das Autarquias Portuguesas.

Toda esta legislação que tem vindo a ser produzida pelo Governo e ~~pela Assembleia da República~~, tendo por fundo e como pretexto a crise e as dificuldades que o País atravessa, demonstra um permanente clima de suspeição para com o Poder Local e uma constante tentativa de menorização dos eleitos locais, que são, recorde-se, legitimados e sufragados, pelos Portugueses a cada quatro anos.



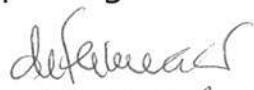

E parece que 39 anos depois do 25 de abril de 1974, quase quatro décadas depois das conquistas de abril, entre elas o poder democraticamente eleito, estamos uma vez mais, empenhados nas mesmas reivindicações.



Algo está
Infelizmente, os direitos pelos quais lutamos hoje, são os mesmos pelos quais lutámos lá atrás, há 39 anos.

Hoje assistimos a um retrocesso grave, quando deveríamos estar numa fase de consolidação e de alargamento das competências e dos meios das Autarquias Locais, enfim de legitimação, para fazermos face à grave crise que Portugal atravessa, e aos crescentes e difíceis problemas sociais que afetam as famílias dos nossos municípios, e que todos os dias nos batem à porta.

O Governo não pode esquecer-se que são os Autarcas o primeiro patamar da governação em Portugal, aquele que mais perto está da população e que melhor conhece a realidade de cada um dos portugueses.



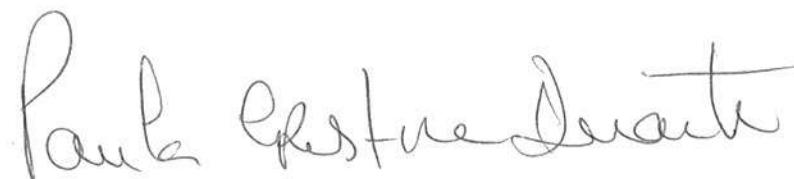
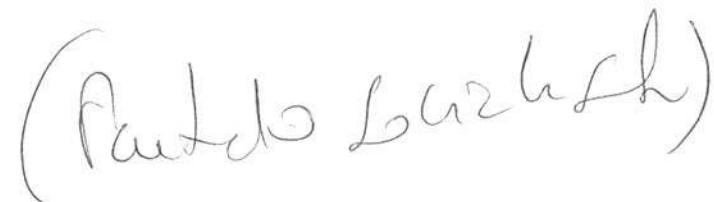
defendam
Por isso, solicitamos com ~~veemença~~ e convicção, que na próxima reunião com Associação Nacional de Municípios, os Presidentes de Câmara sejam firmes e intransigentes, assumindo um sinal inequívoco de união em torno de questões essenciais, independentemente da cor partidária, até porque a crise que o País atravessa necessita de



 
exemplos de consenso e de cooperação como este, em que
a defesa dos interesses de todos os Portugueses se
sobrepõe ao partidarismo e a militâncias políticas.


É pois altura de resgatarmos o respeito pelo Poder Local,
salvaguardando a verdadeira autonomia das Autarquias
locais, definindo claramente as suas competências e
atribuições, e mais importante, dotando-as dos meios
humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos
materiais suficientes para prosseguir e exercer as suas
funções em prol do desenvolvimento do nosso país e da
salvaguarda do bem-estar e da qualidade de vida de todos
os portugueses e portuguesas.

Obrigada



1º de Maio –Dia dos Trabalhadores de todo o mundo

Após o 25 de Abril que abriu as janelas da liberdade, neste 1º de Maio de 2013 lembramos a luta dos trabalhadores que em 1886, saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. Apesar da repressão policial, os trabalhadores não se deixaram intimidar.

A partir de 1889 o 1º de Maio passou a ser o Dia Internacional dos Trabalhadores. E em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas.

127 Anos depois, o 1º de Maio mantém todo o seu significado e actualidade. Hoje, os trabalhadores e os povos da Europa vivem sob os efeitos do “golpe de estado financeiro” em marcha desde 2008.

A história é conhecida: para tapar os gigantescos prejuízos do sistema bancário, todos os Estados europeus aumentaram brutalmente as suas dívidas públicas. E com o pretexto de reduzir a dívida instituiu-se a política de austeridade contra os povos.

Diminuição de salários e pensões, enfraquecimento da contratação coletiva, aumento do desemprego, desmantelamento dos sistemas de proteção social, ataque aos direitos dos trabalhadores, eis os pontos principais do programa de austeridade em curso.

Assembleia Municipal da Maia, neste momento tão difícil para os povos de Portugal e da Europa, não pode deixar de erguer aqui uma fraterna SAUDAÇÃO aos trabalhadores portugueses e exortá-los a que se manifestem no próximo dia 1º de Maio, em defesa dos seus direitos e dum vida digna para todos os povos da Europa e do mundo

Viva o 1º de Maio!

O Grupo Parlamentar Autárquico do Bloco de Esquerda

Francisco Amorim e Silvestre Pereira



BLOCO DE ESQUERDA

Documento 7

1º
ap
✓
MF
L
G

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Maia

MOÇÃO

Sobre o encerramento da estação dos CTT em Gueifães

- Considerando o anúncio para breve o encerramento de mais uma estação dos CTT na Maia;
- Considerando que para além dos inconvenientes causados com a anunciada extinção da Freguesia de Gueifães aprovada pela maioria PSD/CDS desta Assembleia Municipal e agora acrescidos com encerramento do posto dos CTT em Gueifães. São manifestamente uma falta de respeito para com a população de Gueifães e uma preocupação acrescida para o seu quotidiano;
- Considerando que a estação em causa tem actividade suficiente que justifica a sua manutenção e só razões economicistas no quadro de uma inaceitável privatização possa determinar um desiderato lesivo dos interesses das populações;
- Considerando que a medida deteriorará ainda mais o serviço público prestado pelos CTT à população de Gueifães;

A Assembleia Municipal da Maia, reunida no dia 30 de Abril de 2013, delibera:

- 1 – Exigir a manutenção da estação de correios de Gueifães;
- 2 – Pronunciar-se contra o encerramento de qualquer posto dos CTT no Concelho por corresponder às necessidades locais;
- 3 – Solicitar a intervenção da Camara Municipal da Maia junto da administração dos CTT no sentido de que a decisão de encerramento seja revertida.
- 4 - Expressar a sua solidariedade a todos os utentes da estação de Gueifães cujo fecho foi anunciado; bem como a todos aqueles, incluindo, autarcas e cidadãos que se justamente reclamam a sua continuidade;
- 5 - Demonstrar a sua preocupação face à falta de sensibilidade dos responsáveis que projectaram o encerramento da Estação em causa;
- 6 - Enviar esta Moção à Administração dos CTT, CT dos CTT, Junta e Assembleia de Freguesia de Gueifães, senhor Primeiro Ministro e ao Ministro da Economia e do Emprego, Presidente da Assembleia da Republica e Grupos Parlamentares e aos órgãos de comunicação local.

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda,

Maia, 30 de Abril de 2013

Silvestre Pereira

Francisco Amorim

MOÇÃO

A democracia local não pode aceitar candidaturas fora-da-lei

Está em marcha uma campanha da coligação de direita para enfraquecer e desprestigar o poder local: a eliminação, contra a vontade dos autarcas e das populações, de mais de 1.000 freguesias, a diminuição das competências fiscais e outras dos órgãos autárquicos e a imposição de graves constrangimentos financeiros aos municípios, são disso exemplo. Agora, os partidos do governo insistem em desrespeitar uma lei da República (Lei 46/2005) sobre a limitação de mandatos.

Para proteger alguns autarcas que se julgam insubstituíveis, o PSD tudo tem feito para lançar a confusão sobre a vontade do legislador. E esta atitude é especialmente grave já que o PSD participou na votação em 28 de Julho de 2005 da proposta de lei nº 4/X, a qual foi aprovada por maioria qualificada de 166 votos a favor do PS, PSD e BE, 11 votos contra do PCP e 7 abstenções do CDS-PP e Os Verdes.

A proposta de lei 4/X do governo do PS indicava como finalidade “*fomentar a renovação dos titulares dos órgãos, visando-se o reforço das garantias de independência dos mesmos, e prevenindo-se excessos induzidos pela perpetuação no poder*”. Assim foi proposta a limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos **executivos** seja no âmbito central, regional e local. O artigo 1º abrangia as funções de primeiro-ministro, dos presidentes dos governos regionais e do mandato dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais. Os projetos de lei nºs. 34/X e 35/X apresentados pelo BE iam no mesmo sentido da limitação de mandatos.

É certo que a proposta de limitar a doze anos consecutivos o exercício de funções de presidentes dos governos regionais (como o da Madeira) não teve a aceitação do PSD. Mas o deputado António Montalvão Machado (PSD) realçou que “*o Partido Social Democrata defendeu sempre a consagração constitucional da limitação da renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos de natureza executiva.*”

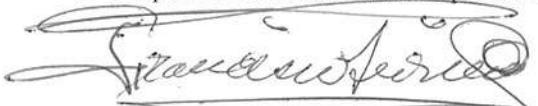
Assim se fez a Lei nº 46/2005. Face ao que aconteceu, é duma enorme gravidade democrática a atuação dos partidos da direita, ao inventarem uma narrativa de que não existiu debate nem aprovação duma lei de limitação de mandatos. Que cada autarca avalie o que em 2005 foi dito pelos partidos (DAR – I série – nºs 17 e 42 – págs. 670 a 687 e 1923 a 1931) e que tire as suas conclusões. Que cada força política assuma as suas responsabilidades.

As recentes decisões judiciais que se pronunciaram contra as candidaturas fora da lei anunciadas pelo PSD e CDS-PP, constituem uma importante vitória da democracia local. Qualquer que seja o destino processual dos procedimentos cautelares, as sentenças proferidas respeita integralmente a Constituição e a legislação eleitoral. A limitação dos mandatos é para cumprir.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Maia reunida em sessão ordinária em 30 de Abril de 2013 DELIBERA manifestar-se:

- Contra as candidaturas autárquicas fora-da-lei;
- Pelo aprofundamento da democracia, pelo respeito da vontade popular e pela dignificação do poder local

O Grupo Parlamentar Municipal do Bloco de Esquerda



INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.^º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal MAIA

Nome Jélio Cezar Soárez

Morada RUA A N° 33 VILA NOVA DA GELHA

Freguesia VILA NOVA DA ACELHA

Código Postal 4470-719 MAIA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ACQUERIBILI DIALOGUE

Maia, 30 / 4 / 2013

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

João Couto Lopes
Rua A nº 33
Vila Nova da Telha
Eleitor nº 5860

Assembleia Municipal da Maia
Maia 30 de Abril de 2013

Assunto: Acessibilidades

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia, a todos os membros da mesa, ao Sr. Presidente do executivo, aos Srs. Deputados e todos os presentes.

Três questões.

Exmo. Sr. Presidente.

O e-mail enviado para o Sr. Presidente de Junta de Aguas Santas aquando da Assembleia descentralizada naquela Junta de Freguesia a 27 de Fevereiro 2013 com o pedido de entrega do mesmo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para ser lido, explicando a razão de não poder estar presente, lamentavelmente não mereceu o cuidado devido.

Por essa falha, contactei via e-mail com V. Exa. em 5 de Março, o Sr. Presidente da Câmara respondeu ao qual muito agradeço, dizendo que, por forma a minimizar a dificuldade elencada, reuni (o Sr. Presidente) com o proprietário dos terrenos em causa, tendo sido estabelecido um acordo com o mesmo, nos termos do qual aquele autoriza a criação de um caminho nos seus terrenos, que será devidamente delimitado, mantido e vigiado por esta Câmara Municipal, para acesso, a título precário, dos utentes da USF à mesma, enquanto não for construída a via de ligação projectada.

Sr. Presidente.

Se for possível, eu e os restantes moradores de Vila Nova da Telha gostaríamos de saber se o Sr. Presidente está em condições de informar para quando está previsto o inicio das obras? .

Obstáculos nos passeios. *CONTENTORES*

Sr. Presidente.

O lema da Maia é (Maia, Município de Futuro) pergunto que futuro? Passando por cima de coisas fundamentais, como a mobilidade dos Cidadãos? Não, não é esse o futuro desejado.

É certo que a Maia tem estado na vanguarda da civilização ambiental, com a reciclagem do lixo doméstico, tendo disponibilizado contentores para o efeito (separação de lixo), só que anteriormente os contentores do lixo eram colocados no passeio por volta das 21,00 horas e recolhidos pelos moradores de manhã.

J
A

São já poucos os moradores que ainda se dão ao luxo de dizerem que tem emprego, esses moradores saem para o trabalho de manhã cedo e por não terem ninguém em casa durante o dia, os contentores são colocados no passeio por volta das 07,00 horas, na maior parte das vezes são recolhidos por volta das 21,00 horas, isto de segunda a sexta.

Serve tudo isto para dizer a V. Exas. de que se esqueceram que os passeios existem para as pessoas circularem neles, as pessoas com mobilidade condicionada, cadeira de rodas, invisuais, carrinhos de bebé e outros, estes Cidadãos estão privados de saírem de casa nos dias de semana (5) dias em que V^a. Exas. Por falta de sensibilidade, ou de algo mais, colocam os contentores durante todo o dia nos passeios (a Comissão Municipal do Cidadão com Deficiência da Maia) está com um projecto em mãos para que se elimine todas as barreiras arquitectónicas, e os senhores teimam em criar barreiras, ignorando que existem pessoas, a ignorância a que se assiste por parte de engenheiros e arquitectos envolvidos, é assustadora.

Sugiro que façam a recolha do lixo como anteriormente era feita, (durante a noite), assim não criam tanto transtorno aos habitantes.

Existe Lei das acessibilidades, é dever da Câmara Municipal e de todos os cidadãos pô-la em prática.

Acessibilidade nas entradas no Metro do Porto.

Tenho trazido às Assembleias o problema das acessibilidades ao Metro, dando seguimento, informo que devido às reuniões que tenho tido com o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Eng. Luís Meireles da Metro sobre o exposto, **tiveram êxito**, foram ajustados os patins de entrada numa carruagem e no dia 13 de Março de 2013 fizemos testes, tendo sido satisfatórios, a mesma carruagem com o nº 120 esta a circular por toda a rede, afim de serem testadas todas as estações, esta semana ou a seguinte iremos com os responsáveis da Metro fazer testes em todas as estações, a partir dai serão todas as carruagens corrigidas para que todos sem excepção tenham acesso ao Metro em segurança.

Vale sempre a pena insistir naquilo em que acreditamos ser possível.

Sem mais, os meus respeitosos cumprimentos
João Couto Lopes



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

3.2
Documento 30

*Reunião ordinária de 19/6/13
Meio de J. B.M.*

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

M

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 53
Em 19/06/2013

Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 4.676

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa e através de V. Exa à
Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Atividade do Município vai ser presente à
Assembleia Municipal na ocasião e na circunstância da realização da sua 2ª
Sessão Ordinária do ano de 2013.

Nesta oportunidade em que me dirijo à Assembleia Municipal, queria fazer
uma pequena alusão à ação que, aceleradamente, temos vindo a empreender e
cada mais a reforçar no âmbito do apoio social às camadas e sectores da nossa
População que mais necessitados estão de um apoio público.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente




Estamos a viver um tempo de carências profundas e de desestruturação de modos de vida que já estavam como que adquiridos mas que, agora, têm de ser ajustados, num processo que vai e está a ser muito doloroso, onde as questões principais se situam ao nível do emprego e ao nível da habitação.

Temo-nos vindo a centrar em apoios de proximidade que nos esforçamos por criar e disponibilizar, num somatório de intervenções quer diretas quer através de Instituições de cariz social, nomeadamente as IPSS que constituem e corporizam uma rede assistencial e de apoio a todos os níveis.

1 – Uma das ações que estamos a desenvolver – liderado pelo Pelouro da Juventude – foi o designado “maiaGo”, que teve início a 28 de Março e finalizará a 20 de Abril, o qual tem em vista o apoio aos Jovens na sua maior necessidade atual: a inserção na vida ativa.

Sedeado no Auditório Municipal da Venepor, é dirigido a Jovens recém-formados (12ºano, curso profissional, licenciatura, ...), Jovens desempregados (inscritos IEFP), Jovens que pretendem fazer o follow up na carreira profissional, e a Jovens que querem seguir as tendências do mercado de trabalho.

Esta ação é corporizada em Seminários de 4 a 6 horas de duração, com painéis constituídos por profissionais das empresas e entidades parceiras e por especialistas dos temas em apresentação (SKILLS), havendo a possibilidade de apresentação às empresas, de projetos e ideias durante e após as sessões



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signatures]

(NETWORKING) e, bem assim, pela possibilidade de realização de uma ou mais entrevistas de emprego com as empresas parceiras (OPPORTUNITIES).

As inscrições decorreram via Internet, onde era disponibilizado um formulário dotado de especificidades que obrigavam a rigor no seu preenchimento, uma vez que o perfil daí retirado seria analisado pelas empresas para efeitos de entrevista de trabalho.

As inscrições recebidas, num total de 2.702, tiveram a seguinte composição:

Marketing Pessoal: 571;
Marketing Digital: 650;
Emprego: 754;
Empreendedorismo: 727.

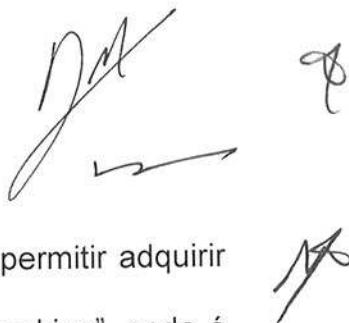
A composição em vários painéis – com foco nas áreas do marketing pessoal, marketing digital, emprego e empreendedorismo –, fazem do “maiaGo” um programa onde expectativas, experiências e iniciativas podem ser dadas a conhecer, bem como permite que profissionais e empresas se reúnam para dotar os participantes de ferramentas que permitam a definição, planeamento e execução de uma estratégia para a inserção na vida ativa.

Todas as iniciativas estão a ser desenvolvidas em parceria com entidades (públicas e privadas) e especialistas, cujo “core” se centra no tema que está em equacionamento, para possibilitar um acesso simultâneo a conhecimento teórico e sabedoria prática. Estão ainda presente empresas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente


A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. M. P.", is positioned at the top right of the page. To its right is a stylized letter "P". Below the signature is a small checkmark.

disponíveis para entrevistas de trabalho, o que, para além de permitir adquirir conhecimentos e competências, criam a oportunidade de “networking”, onde é possível conhecer e ser conhecido pelo “mercado de trabalho”.

O “maiaGO” tem como objetivos afirmar o autoconhecimento, clarificar e definir as mais-valias pessoais, apoiar a criação de proposta de valor e promover o encontro com o mercado de trabalho, independentemente da escolha de trabalhar por conta de outrem ou de criar o próprio posto de trabalho.

Para isso, têm lugar várias ações gratuitas nas temáticas do emprego, empreendedorismo, marketing pessoal e marketing digital, todas elas num posicionamento de educação não formal.

Nesta primeira edição do “maiaGo” tivemos por Parceiros:

Entidades: ANJE; CIDADEDASPROFISSOES; IAPMEI; IEFP; ISMAI;
FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE; TECMAIA; UNIVERSIDADE DO MINHO;
EXPONOR; CESAE.

Empresas: ACTIVOBANK; BIAL; CEREALIS; CIN; EDP; EFACEC;
EVENT SERVICES; FRULACT; GARLAND; PORTO EDITORA; RANDSTAD;
SONAE COM.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

2 – Na área do Ambiente, gostaria de fazer uma alusão ao trabalho que é desenvolvido através do “Complexo Ambiental da Quinta da Gruta”.

Aberto ao público em Julho de 2001, o Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta tem uma área total de 29 693m², prevendo-se a sua ampliação até os 55 000m².

Com este espaço tivemos por principal objetivo a promoção de atividades de educação e sensibilização ambiental que, dirigidas a diferentes públicos, fomentem o desenvolvimento sustentável numa perspetiva de “agir local, pensar global”.

Atualmente o Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta contempla um conjunto de espaços e edifícios que se constituem com diferentes funções. Para além do edifício principal (o Palacete e seus jardins) o Complexo contém a designada Escola de Educação Ambiental da Quinta da Gruta.

A título de breve resumo das atividades e iniciativas aqui desenvolvidas, e dirigidas a todas as faixas etárias a partir dos 3 anos de idade, salientaria:

- No Setor Laboratórios: as atividades laboratoriais desenvolvidas, além do seu carácter lúdico, nunca descuram o rigor científico através dos vários procedimentos experimentais estruturados sobre a forma de Oficinas Laboratoriais. Nos 2 laboratórios existentes associam-se experiências de acordo com diferentes temáticas: Ar, Água e Seres Vivos.



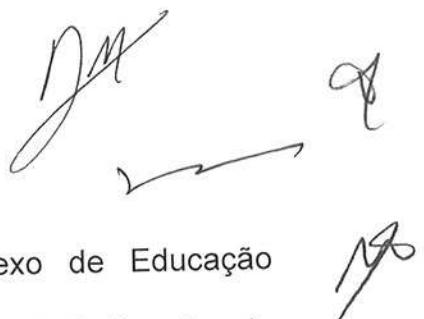
[Handwritten signature]

- No Setor Cozinha Tradicional : as atividades desenvolvidas na Cozinha Tradicional representam uma parte importante de toda a estrutura, sendo este o local onde é possível aprender a fazer as típicas iguarias das quintas tradicionais, tais como, pão caseiro, chás de plantas aromáticas e medicinais provenientes da produção biológica da quinta e compotas de frutos variados.

- No Setor Animais de Quinta: como em todas as quintas tradicionais, os animais marcam a sua presença e merecem um lugar de destaque. Os participantes inscritos nesta atividade têm a oportunidade de interagir com os caprinos, ovinos, equídeos, galinhas, patos e coelhos, participando na sua alimentação e manutenção dos seus espaços interiores e exteriores.

- No Setor de Reutilização de Materiais: além da sensibilização para as mais-valias ambientais da separação de resíduos, esta atividade promove a reutilização de materiais recorrendo a objetos do quotidiano, através dos quais são elaborados objetos decorativos num apelo à imaginação de cada participante.

- No Setor Hortas Biológicas: as Hortas Biológicas que circundam o edifício da Escola de Educação Ambiental foram criadas com o intuito de proporcionar aos participantes desta atividade um contacto direto com a prática da agricultura biológica.



Todas as atividades desenvolvidas pelo Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta são dadas a conhecer aos estabelecimentos de ensino do concelho e lares/centros de dia da Maia através de uma apresentação personalizada, realizada anualmente durante o mês de Setembro. Para conhecimento do público em geral, o Plano de Atividades de Educação Ambiental é dado a conhecer através do site www.quintadagruta.cm-maia.pt

Projeto no âmbito da Agricultura Biológica “Uma Horta em Cada Escola”:

Além das atividade agrícolas desenvolvidas nos talhões que circundam a Escola de Educação Ambiental, a Câmara Municipal promove ainda um projeto pioneiro de implementação de hortas biológicas diretamente nos espaços escolares.

Com este projeto, pretendemos criar em cada estabelecimento de ensino do concelho da Maia (jardins de infância, escolas do ensino básico do 1.º, 2.º e 3.º ciclo e escolas secundárias) zonas de hortas biológicas.

Após uma primeira fase de avaliação e de seleção de espaços por parte de Técnicos Municipais, todas as restantes tarefas são executadas principalmente pelos Alunos sendo extremamente gratificante o entusiasmo com que o fazem e, bem assim, os ensinamentos que daí retiram. Como pontos fortes e principais benefícios na perspetiva dos participantes elencaremos:



- Aproximação com a prática agrícola, anteriormente inexistente;
- Melhor conhecimento sobre a prática e funções da compostagem;
- Sensação de relaxamento pelo trabalho ao ar livre;
- Sensibilidade acrescida para a dependência da agricultura relativamente aos fatores climáticos;
 - Maior conhecimento sobre os ciclos produtivos das hortícolas em geral;
 - Conhecimento da consociação de plantas promovida pela agricultura biológica;
 - Sensibilidade acrescida para o desperdício alimentar verificado principalmente nos centros urbanos.

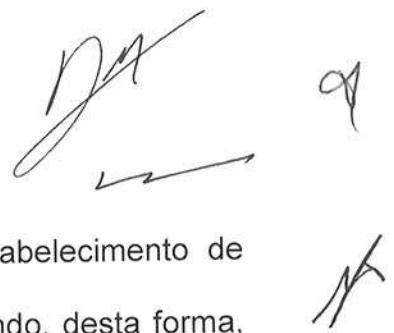
Durante o ano de 2012 foram implementadas 12 novas hortas biológicas em espaços escolares, instaladas nos seguintes estabelecimentos de ensino do Concelho da Maia:

Colégio Novo da Maia;
Escola EB2,3 da Maia;
Infantário da Casa do Alto (Santa Casa da Misericórdia);
Escola EB1/JI do Lidor;
Escola EB1/JI de Frejufe;
Infantário de Crestins (Santa Casa da Misericórdia);
Escola EB1 Maia;
Infantário de Milheirós (Santa Casa da Misericórdia);
Jardim de Infância de Gueifães;
Escola EB1/JI de Crestins;
Escola EB1/JI do Castêlo da Maia;
Centro Escolar da Guarda.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente



Sempre que possível, e ajustado ao espaço do estabelecimento de ensino, estamos a dar continuidade a este projeto, pretendendo, desta forma, corresponder às melhores expectativas dos alunos, pais e professores e continuar, assim, a aumentar a riqueza biológica do concelho e a promover uma alimentação mais saudável.

3 – A minha solicitação, fui recebido em Audiência pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional com vista a acertar detalhes quanto à pretensão da Câmara do estabelecimento de acessibilidades viárias diretas da Zona Industrial Maia II à A-41.

Com o não prosseguimento da em tempo publicitada “Plataforma Logística Maia/Trofa” (que se veio a verificar ter sido unicamente um anúncio) voltamos à situação em que a Câmara tem de liderar e promover uma alternativa e uma ligação viária rápida da Z.I. Maia II à A-41.

Isto é, estamos a voltar aos nossos projetos (que havíamos interrompido) da construção de nó rodoviário na A-41, à designada “Nova Maia”, para o estabelecimento de ligações tanto a Nogueira como a S. Pedro Fins e Folgosa (em especial à Zona Industrial) – vias que já havíamos considerado e que previsionámos em sede de Plano Diretor Municipal –, de forma a facilitarmos a vida e a ação do vasto e importante conjunto de



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente



empresas aí sitas e, bem assim, retirarmos da rede viária municipal esse tráfego maioritariamente de veículos pesados.

O caminho que estamos a percorrer é o de candidatar essa obra a fundos do QREN sendo a parte restante financiada pelo Município e pelas empresas da Z.I. Maia II em especial as que geram significativos fluxos viários.

4 – Parece estar ultrapassado o longo período de invernia a que estivemos sujeitos. Inicia-se agora um tempo em que procederemos à reparação dos estragos, em especial das vias de comunicação.

Para o efeito lançámos um conjunto de empreitadas que têm por objeto a reparação e a correção de pisos e pavimentos da nossa rede capilar de estradas municipais, um pouco por todo o Concelho.

Todavia, e não obstante, é por todos bem conhecido que, apesar de tudo, e mesmo com a sobrecarga de tráfego que a introdução de portagens nas SCUT veio aportar nas nossas vias, estas se encontram em muito satisfatório estado de conservação. Se as compararmos com espaços municipais nossos vizinhos só temos de nos congratular com o que disponibilizamos aos nossos munícipes. No entanto, tal não nos satisfaz, pelo que continuaremos os nossos esforços no sentido de uma conservação apurada, criteriosa e atempada.



5 – As candidaturas que apresentámos ao programa PROHABITA não têm vindo a ter qualquer resposta por parte do IHRU. E, pelo andar, não parece que o venhamos a ter tão cedo. É pena.

Em razão disso, e porque entendemos e reconhecemos que não poderíamos aguardar mais tempo, avançámos – através da empresa municipal “Espaço Municipal” – com um conjunto de obras em empreendimentos municipais de Habitação Social, com vista a resolver as situações que mais instam em ser resolvidas.

6 – Na área do desporto gostaria de, simplesmente, pontuar a realização da 20ª edição da “Taça Internacional Maia Jovem”, em Ténis.

Esta é uma competição inserida no calendário internacional dedicada a Jovens até aos 14 anos de idade.

O nosso torneio vem cimentando o seu estatuto e a cada edição reafirma-se e guinda-se cada vez mais no panorama internacional da modalidade, sendo já uma referência das provas pontuáveis para o Circuito Juvenil da Associação Europeia de Ténis (Tennis Europe).

Com esta nossa ação damos um decisivo contributo para que os nossos jovens tenham acesso a oportunidades de medirem forças com praticantes oriundos de outros países e de se darem a conhecer por entre os seus Pares.

Este ano, a iniciativa, que decorreu entre 16 e 24 de Março, acolheu cerca de 300 atletas de 30 países contando com a presença de vários atletas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente




classificados no top-ten europeu, garantindo, assim, a qualidade competitiva do evento.

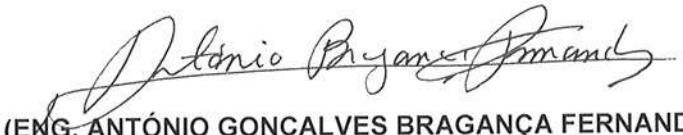
A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais –	7.004.727,30
c) Dotações não orçamentais –	3.852.655,39

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 16 DE ABRIL DE 2013,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,


(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



Bloco de Esquerda

[Handwritten signatures and initials]

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CAMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

O BE considera que na última Assembleia Municipal, o senhor Presidente acabou por não responder de forma clara às questões que aqui lhe colocamos. Assim, e porque valorizamos este ponto da Ordem de Trabalhos como um ponto importante do balanço do que é ou não concretizado e do papel dos deputados municipais no questionar o executivo, quanto ao trabalho desenvolvido. Voltamos às questões que então lhe foram colocadas. Esperando desta vez uma efetiva resposta...

Por outro lado, a informação agora apresentada a ser rigorosa não transporta qualquer novidade digna de registo em relação ás informações prestadas anteriormente, apenas espelha uma atividade rotineira e de mera gestão da atual maioria; Pela informação que nos é presente, como já diversas vezes tivemos oportunidade de referir, o actual executivo tem-se limitado a gerir o dia-a-dia, alimentado pela propaganda de marketing, através de determinada comunicação social e de modo, em nossa opinião abusivo, através do envio a cada lar Maiato no aviso do pagamento da água, propaganda pessoal que achamos oportunista e numa perspetiva antecipada de clara demagogia eleitoralista.

Aproveitamos, assim, este ponto para retomar temas que consideramos pertinentes e outros de importância atual para o Concelho.

No que concerne ás portagens nas Scuts e à instalação de novos pórticos de cobrança de portagens quais as garantias que V. Ex. tem do Governo de que tal não sucederá no futuro. Pretendemos ainda saber se o Sr. Presidente continua a desenvolver esforços no sentido de serem desinstalados alguns dos atuais pórticos que penalizam o povo maiato ao circular no seu próprio concelho e que por arrasto poderão ainda afastar empresas do nosso concelho. Perante esta insustentável e tão ruinosa situação está nas perspetivas de V. Ex^a assim como do executivo, alguma ação concreta de protesto no terreno para pôr termo a tal humilhação? Os autarcas deste concelho devem pôr temo a este crime e passar das declarações de intenção para ação concreta. Nesta luta estaremos ao seu lado Sr. Presidente, vai decidir-se!

Na sequência da intervenção do BE na última Assembleia Municipal e de acordo com as respostas do Sr. Presidente da Camara, avaliamos que V.Ex.^a. não teria a intenção de tomar em consideração a colocação de sinalização no Alto da Maia e nas proximidades indicativas do local de funcionamento do Teatro Art'Imagen uma vez que se refugiou na tese, para nós discutível, de que "não pode sinalizar entidades privadas", propomos então, que sejam tomadas as medidas necessárias para ou de indicação Auditório Quinta da Caverneira.

[Handwritten signature]

Sendo conhecido o papel importante da SOCIALIS no acolhimento e ajuda a jovens mães em risco e a disponibilidade demonstrada pela Câmara no apoio a esta IPSS quais as diligências do Executivo da Câmara junto da Segurança Social para manter os financiamentos que necessitam e se possível o seu reforço dada sua importante função social no Concelho.

[Handwritten signature]

Gostaríamos ainda de saber quais aonde e como se coloca o executivo na responsabilização da plantação de árvores de crescimento rápido de enorme porte plantadas nos passeios por todo o concelho maiato. Os critérios de gestão desta prática para além de ser um claro gesto de falta de inteligência, é ainda ruinosa pelo desperdício causado pela destruição precoce dos passeios e das caldeiras normalmente construídas em cantaria. É ainda atentatória à liberdade de utilização e acesso aos ditos passeios porque tais árvores os destroem por enrugamento do piso impedem definitivamente, idosos e portadores de deficiência motora ou visual, de circular, com destaque para as cadeiras de rodas por obstrução física do espaço ocupado pelo disparatado tamanho das ditas cujas; é espantoso ver a falta de visão e sensibilidade ao projetar estes equipamentos públicos. Constroem-se rampas de acesso aos passeios para cadeiras de rodas, muito bem, depois, colocam-lhes uma árvore de cada lado. Porquê?

Sr. Presidente, sendo um slogan propagandeado aos quatro ventos de que a Maia é um exemplo a seguir no que concerne ao ambiente limpo e cuidado, este discurso também se aplica às freguesias de Folgosa e S. Pedro Fins ou estas não fazem parte da Maia? O Bloco de Esquerda está convicto que sim, porque são parte integrante do território do concelho; mas duvida se são parte integrante das preocupações de sanidade ambiental por parte deste executivo! V. Ex. sabe que temos razões de sobra que legitimam esta nossa convicção. Estas freguesias estão conspurcadas por fumos poeiras perigosíssimas e infiltrações freáticas, já aqui denunciadas há 7 anos. Para além das reuniões inócuas realizadas não sortirem qualquer efeito a situação tem-se agravado. Perante este cenário dantesco que pretende este executivo fazer de uma vez por todas? continuar a assobiar para o lado?

No ponto 5, aborda um dos maiores problemas do concelho, a questão da habitação social mas de forma tão sucinta que concluímos que V. Ex não estará muito à-vontade para debater o assunto, de qualquer forma perguntamos: porque não está o bairro do Sobreiro no plano de recuperação dos bairros sociais? Recordamos que foram, executivo e maioria nesta assembleia, que clamavam pela falta de condições dignas de habitabilidade, entre outras, por falta de segurança e salubridade dos edifícios. Este silêncio ruidoso significa que esses problemas já foram ultrapassados?

Finalmente, o BE solicita, uma vez mais, ao Sr. Presidente, um comentário fundamentado a esta Assembleia sobre uma notícia inserta no "JN" de 04.02.2013 relativo ao Parque de Avioso com o título "Parque aberto há sete anos ainda não foi pago".

Maia, 30 de Abril de 20

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO BE

Francisco Amorim e Silvestre Pereira

[Handwritten signatures]

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

3.3 – Prestação de Contas e Relatório de gestão de 2012 da Câmara Municipal da Maia

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Tal como é referido em diversas partes deste documento, a situação económica, assim como recentes orientações políticas do poder central, influenciam directamente – para o bem e para o mal – os resultados obtidos e as perspectivas para o futuro próximo. Para o bem, pois as limitações de vária ordem ao endividamento por parte das autarquias permitiu estancar um processo de crescimento em espiral de dívidas; para o mal, visto o contínuo aumento de responsabilidades do poder local não ser acompanhado por um aumento de verbas para a sua concretização. Não é um problema da Maia apenas, é um problema do país.

A contínua diminuição das receitas, na Câmara Municipal da Maia, patente nos últimos três anos de exercício, deverá, segundo as previsões constantes neste relatório, manter-se nos próximos anos. O documento que nos foi apresentado refere o actual cenário de recessão económica como a causa para esta situação. Desde já surge uma dúvida: o que pensa fazer este executivo para evitar uma situação em que as receitas obtidas são insuficientes para a dinâmica normal da Câmara Municipal?

Saibam V. Exas. o seguinte: a CDU entende, e vem-no afirmando há alguns anos a esta parte, que os problemas dos municípios no que à falta de receitas concerne não podem ser apenas assacados à economia internacional, à crise e a outros bodes expiatórios sem rosto bem definido e que não se defendem. Sendo certamente relevantes, não é sério olvidar que se devem também e fundamentalmente a uma série de políticas atentatórias à sustentabilidade do país, desde os famigerados PEC ao eufemisticamente chamado “Pacote de Ajuda” que estão a destruir a economia portuguesa.

Assim, existem duas opções possíveis: ou nos batemos contra um modelo político que aposta no esvaziamento do Estado, que é como quem diz das responsabilidades públicas, sobrecregando o poder local até à sua insustentabilidade para mais tarde, com cinismo, poder fazer alarde da incapacidade deste para resolver problemas; ou nos deixamos levar na corrente, fazendo voz grossa quando os nossos calos são pisados, olhando para o lado quando se pisam os dos outros. Parece-nos que tem sido esta última a opção da maioria que gere os destinos da Maia há vários anos a esta parte.

Tomemos como exemplo a rubrica “Impostos Directos” nas receitas. O aumento de quase 10% nos valores arrecadados com o Imposto Municipal Sobre Imóveis demonstra como, também na Maia, é pelos impostos directos sobre as famílias que se encontra a solução para a falta de dinheiro. Nisto este executivo em nada difere do Governo de cujas políticas às vezes se queixa: onera os maiatos, encontrando nos seus bolsos a panaceia para os males de tesouraria. Não surpreende. É o mesmo partido, com as mesmas orientações políticas, a mesma linha de pensamento económico e os mesmos interesses. É evidente, portanto, que a proposta da CDU feita nesta Assembleia, para a Câmara reduzir substancialmente este imposto, de modo extraordinário, por serem também extraordinários os dias que vivemos, agindo em contra-corrente face à política de assalto

✓

protagonizada pelo Governo, jamais poderia encontrar aceitação. Repetimos: não surpreende. É o mesmo partido, com as mesmas orientações políticas, a mesma linha de pensamento económico e os mesmos interesses.

MF
AP

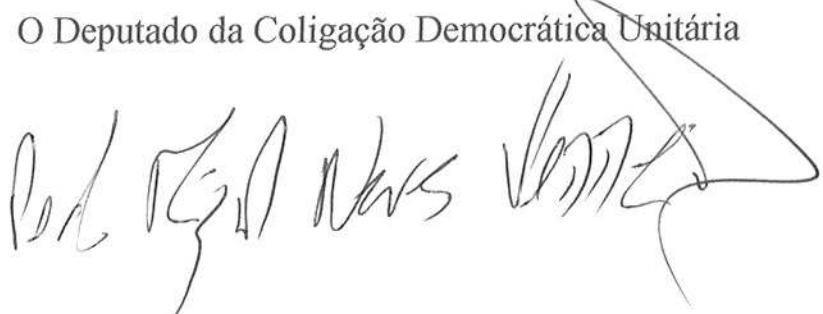
Uma palavra ainda para as receitas de capital, um clássico deste executivo municipal. Verifica-se, desde logo, uma contínua diminuição. Em 2012, o valor das receitas de capital cifrou-se perto de 25% do arrecadado três anos antes. Naturalmente, importa questionarmos as opções de investimento feitas pela Câmara, bem como a qualidade dos seus activos. Este valor é especialmente significativo quando verificamos que a taxa de execução das receitas de capital fica-se pelos 30%. Trata-se, como referi, de um clássico desta maioria. As receitas de capital são a rúbrica mágica que, ano após ano, permite inflacionar as previsões de receitas.

Não nos alongaremos muito mais. A CDU votará contra este documento. Para além dos exemplos referidos, que sustentam a nossa opção, há ainda um argumento fundamental: o modelo político que está na base das dificuldades e insuficiências identificadas neste relatório deve ser amplamente rejeitado, em todas as suas dimensões.

O nosso entendimento da gestão pública pauta-se pela coerência, por termos a mesma cara nos diferentes lugares, das Assembleias de Freguesia à Assembleia da República. Este documento presta-se logo desde o seu início a fazer a apologia da mesma reforma de cujos efeitos adiante se queixa. É mais do mesmo e nós não podemos estar de acordo.

Maia, 30 de Abril de 2013

O Deputado da Coligação Democrática Unitária





N
a

Bloco de Esquerda
Maia

Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Exmo. Público Presente
Digníssima imprensa

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012, ocorre num momento dramático para o nosso povo, refletido no forte agravamento das condições de vida dos portugueses. As medidas recessivas impostas pela troika e levadas a cabo pela maioria PSD/CDS que nos governa, em completa subserviência aos ditames alemães e à sua ditadura da dívida, continuam a impor consequências gravíssimas que todos sentimos, com reflexos gravíssimos nos cidadãos Maiatos.

Com efeito, no nosso concelho, o desemprego atinge já cerca de 16% da população ativa e nos jovens este flagelo é ainda mais grave, e é já de cerca de 36 %! O número de empresas e pessoas insolventes contínua imparável. Se não houver a coragem de dizer basta e impor uma mudança radical no caminho que o governo está a seguir, esse caminho terá efetivamente como destino a bancarrota e a miséria para as pessoas.

Esta Assembleia acontece no dia 30 de Abril de 2013, amanhã teremos a comemoração do 1º de Maio. Vivemos um momento de forte retrocesso nos direitos de quem trabalha e, a pretexto das chamadas reformas do estado, tudo se retira naquilo que proteja os mais fracos. A precariedade é cada vez mais normal, o trabalho sem direitos e por qualquer preço é um objetivo do governo, suportado por Belmiro de Azevedo e quejandos em nome da competitividade.

A pressão do governo e do presidente da república, repetida sem descanso pelos comentadores ao seu serviço, pretende impor como única alternativa, a austeridade que está a lançar o nosso país no abismo.

A Constituição da Republica é tida como responsável do défice e da dívida e, por tal motivo, é necessário mais do mesmo, dizem eles! ...

Assim, a habitação, a saúde, o ensino, a cultura e as pensões passaram a ser considerados um custo e não um direito a que todos devemos ter acesso!

A pretexto da celeberrima reforma do estado, estamos a assistir ao maior ataque de que há memória ao poder autárquico, extinguem-se mais de um milhar de freguesias sem consulta às populações, são propostas leis que retiram poder

(Assinatura)
democrático decisivo às Assembleias Municipais. São impostos autênticos garrotes financeiros que impedem as autarquias de funcionar e desenvolver os seus territórios e de criarem melhores condições de vida para as suas populações.

Temos de recordar que a proximidade, o conhecimento dos problemas, a participação activa e democrática dos cidadãos, ajudou a construir um país mais justo e equilibrado, país que, com estas políticas, está de novo a ser desmantelado e destruído, provocando um cada vez maior despovoamento do interior e empurrando centenas de milhares de portugueses para a emigração.

Este é o resultado de apenas dois anos de governação PSD/CDS: tudo o que Abril possibilitou conquistar é colocado em causa, é destruído de modo implacável, como se de uma vingança contra Abril se tratasse!

A tragédia do desemprego é tida como um mal menor e inevitável. As falências em catadupa são naturais e normais, o fim do estado social uma fatalidade, pois vivemos acima das nossas possibilidades, e este tem de existir de acordo com as referidas possibilidades...tudo isto dizem, a toda a hora, sem sombra de vergonha!

Isto, o mais das vezes, para destruírem por agora a viabilidade de tudo o que lhes cheire a negócio no futuro próximo. Daí que, ao mesmo tempo, falem em privatização da saúde, do ensino e até da segurança social...

Para o poder vigente, submisso à finança, ficam os “mercados”, como único regulador dominante e intocável na sociedade, impossível de colocar em causa. Esta é a receita venenosa que nos pretendem impor como inevitável e única!

Ora o BE continua a afirmar que esta não é saída nenhuma, antes pelo contrário, é o caminho para o abismo e para o retrocesso social e civilizacional do nosso país e da Europa! Porque não existirá qualquer solução se continuarmos nas mãos destes credores agiotas.

Temos de corajosamente questionar tudo!

Com Abril iniciamos a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. E reconhecemos que também na Maia essa realidade foi evidente. Não podemos permitir (todos) que a reversão dos valores, das conquistas de direitos fundamentais, nomeadamente os da solidariedade, da democracia e do progresso, nos sejam subtraídos de modo escandaloso, sem que reajamos com coragem em defesa dos nossos direitos.

É neste contexto que a avaliação da prestação das contas referentes a 2012 se coloca, mas são as opções políticas que tudo podem definir. Isto é, ou somos subservientes perante o poder e aplicamos e/ou executamos sob o ponto de vista meramente contabilístico um orçamento que nos é imposto por uma política, ou temos a coragem de politicamente definirmos estratégias de investimento de acordo com as necessidades efetivas do povo e do nosso concelho.

Nós, no Bloco de Esquerda, reconhecemos alguns aspectos positivos nas contas aqui apresentadas, nomeadamente no que diz respeito ao apoio social, ao ensino e até no esforço de redução da dívida da autarquia que tem sido significativo.

Mas, mesmo assim, esta última foi conseguida à custa de quê? De um desinvestimento brutal que, a continuar assim, vai deixando por cumprir necessidades fundamentais, tais como a reabilitação urbana, de que é exemplo a degradação dos imóveis sociais como o Bairro do Sobreiro e Arroteia, entre outros, que continuam em acelerada degradação, colocando em causa as condições de habitação destes maiatos, ou continuando a adiar a necessidade de um aumento do apoio às famílias e particularmente aos idosos.

Como sempre temos afirmado, a ação política corresponde a opções e estratégias que coloquem em primeiro lugar a resolução dos problemas das pessoas. O BE não esteve de acordo com as Opções e Plano propostas pelo executivo, isto porque a opção austerrária por opção do executivo no nosso concelho, naturalmente produzirá os mesmos resultados dos que no país todos sentimos.

Dito isto, e os números demonstram-no de forma inequívoca, o relatório de gestão do executivo demonstra com clareza um trabalho de mera gestão corrente e pouco mais.

A APRECIAÇÃO QUE FAZEMOS SEGUIDAMENTE DEMOSTRA ISSO MESMO.

Assim:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2012 confirmam, mais uma vez, a denúncia que ao longo dos tempos vimos fazendo. Os orçamentos elaborados do município têm sido sistematicamente assentes em previsões de receitas completamente irrealistas, constantemente desmentidas pela realidade cruel da execução. Não é para nós nenhuma surpresa que, apesar de o orçamento ser cada vez menor, ver que mais uma vez o grau de concretização do orçamentado foi de apenas 76,5%; para um orçamento de 73.723.815,00 €, o executado foi de apenas 56.388.539,00 €, um lapso de mais 17 milhões de euros! Isto é a confirmação de que quando reprovamos o orçamento fizemo-lo com a certeza de que o mesmo apesar de cada vez mais diminuto, era mesmo assim irrealista, e mais uma vez tivemos razão.
2. Recordo aqui números de 2011, referentes à receita de capital prevista, 29.062.951 milhões de euros, quando o valor efetivamente executado foi de 5.968.641,00 €, demonstrando um falhanço enorme, apenas 20% do valor previsto. Tal é recorrente na execução referente a 2012, isto é, para uma receita prevista de 13.925.511 €, o valor efetivamente concretizado foi de apenas 4.268.392 €, um grau de concretização de pouco mais de 30%! Estes números refletem bem a situação de recessão que a Maia também está sentir e, caso não mudemos de paradigma, o retrocesso do desenvolvimento do nosso concelho será inevitável!

Verifica-se ainda que, no que diz respeito ao orçamento das receitas correntes, as mesmas atingirão um grau de cumprimento de cerca de 98%. Aqui é bem mais fácil a previsão, mas mesmo assim, para os previstos 58.136.185€, a execução ficou-

se pelos 57.254.287€. Até no que se chama “corrente” há coisas que não correm bem!

3. Esta teimosa incapacidade de prever e planejar do nosso executivo continua, de facto, a revelar uma falta de pontaria invejável. São disso exemplo os números que dizem respeito às despesas de capital. Com efeito, nestas, o segundo valor orçamentado foi de 27.444,716€, pois este tinha já sido revisto com menos 7 milhões que o inicialmente previsto, mas, mesmo assim, o valor efetivamente concretizado foi de apenas 15.911.375€ (58%) de grau de concretização! Aqui fica espelhada a falta de investimento do município e se traduz uma ação fundamentalmente virada para a gestão corrente e pouco mais...
4. Posto isto, iremos referir os aspectos mais significativos e sintomáticos resultantes das contas que nos foram presentes.
5. Do histórico das receitas próprias do município ressalta uma tendência sistemática de decréscimo significativo das receitas arrecadadas desde 2008, estas passaram de 78.620, para 78.430 em 2009, 69.294 em 2010, 63.401 em 2011 e 61.528€ em 2012, correspondendo a uma desaceleração constante que denota um decréscimo económico preocupante da capacidade do executivo em gerar receitas que permitam o crescimento e o progresso do nosso concelho. De referir ainda a cobrança de impostos diretos que, em contraciclo com o que acima referi, registaram um acréscimo de 4,7%, que naturalmente revela que, apesar do decréscimo da economia, o aumento brutal da carga fiscal também aqui se fez sentir sobre as famílias maiatas.
6. Infelizmente a política austera do governo, os cortes no financiamento das autarquias e a degradação da economia irão provocar constrangimentos de execução ainda mais graves no futuro próximo.

A conclusão lógica é a de que a estrutura de receita da Câmara continua a estar fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos directos cobrados aos cidadãos maiatos, com particular incidência no IMI. Senão repare-se no quadro 15 e verifique-se as receitas de capital que, para uma previsão de 8.724.886€ apenas concretizou uns míseros 29.017€!

Ora, esta incapacidade de gerar receitas próprias, com o esgotamento das engenharias financeiras através da criação dos fundos imobiliários, que levaram à antecipação e delapidação de receitas futuras, vai tornar cada vez mais difícil a gestão camarária. Esta é a realidade de uma Câmara em claro processo de desaceleração de actividade.

7. Por tudo o que atrás referimos, não podemos aprovar as contas e o relatório de gestão que nos é presente! Apesar reconhecermos que a Maia deu no passado passos importantes em muitos aspetos, com o desinvestimento evidenciado nos últimos anos tudo pode ser colocado

[Handwritten signature]

em causa. E, em nossa opinião, já reafirmada pela reprovação das Grandes Opções do Plano, a política é feita de opções e escolhas corajosas e as nossas, continuamos a reafirmá-lo, seriam bem diferentes! Por tudo o que referimos não poderemos votar favoravelmente esta prestação de contas.

[Handwritten signatures]

Grupo Parlamentar do BE
Assembleia Municipal

Maia, 30 de Abril de 2013
Silvestre Pereira

[Handwritten signature]



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo da Assembleia Municipal da Maia

Concelhia da Maia

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados da Assembleia Municipal*

A Assembleia Municipal aprecia hoje o relatório de gestão e a prestação de contas relativas ao exercício de 2012. Nestes documentos avaliam-se os graus de execução resultantes de um orçamento e de um plano de atividades proposto, bem como a avaliação da concretização de projetos, propostas e orientações políticas.

Depois de analisados e apreciados os documentos enviados a esta Assembleia, o Partido Socialista pretende aqui destacar os seguintes aspetos:

1

ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO

De forma geral, destacam-se taxas de execução acima dos 87% no que diz respeito às receitas e despesas correntes. No entanto, apesar do esforço de ajustamento feito no orçamento, de forma a torná-lo mais real nos capítulos respeitantes às receitas e despesas de capital, continuam-se a verificar taxas de execução medianas. Desvios que chegam aos 10M€ nas receitas e de quase 12M€ nas despesas são reveladores desta análise.

As contínuas e baixas taxas de execução nestes capítulos, nomeadamente no que às despesas de capital diz respeito, são reveladores da falta de projetos inovadores e dinamizadores, que potenciem o concelho neste contexto de crise económica que vivemos. O que preocupa o PS não são estas taxas de execução isoladas, mas sim uma política contínua e consumada de execuções medianas, ano após ano, e que evidenciam a falta de ambição e uma postura não reativa ao momento difícil que atravessamos e que necessitariam, da parte do executivo, de uma maior criatividade, liderança e empenho.

Para terminar esta análise global destaque para o saldo de gerência gerado, que atingiu os 6,7M€, resultado muito influenciado pelas implicações da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atrasos (LPCA).



Concelhia da Maia

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Passando agora à análise global da receita destaca-se que o município tem as suas receitas suportadas na receita corrente (que fica praticamente em linha com o valor do ano anterior) e que corresponde a 93% do valor total das receitas, representando as receitas de capital apenas 7%.

No capítulo das receitas de capital de notar que a CM, do ponto de vista de previsão, suporta estas receitas nas vendas de bens de investimento que, no final, apresentam uma execução de apenas 0,2%. Ou seja, no final, em termos de execução, a estrutura das despesas de capital é, na sua totalidade, gerada pelas transferências que, ano após ano, fruto do término de projetos financiados vão diminuindo, tornando residual esta componente do orçamento. Desta forma, as fontes de receitas próprias geradas por este tipo de receitas são residuais, caindo mais de 90% face ao ano anterior.

Neste capítulo, é urgente uma maior atenção às oportunidades de investimento, que possam gerar transferências produtivas para o concelho, agarrando oportunidades diferenciadoras que gerem e marquem a dinâmica do concelho. Esta é uma falha deste executivo e que urge corrigir.

Quanto à estrutura das receitas correntes é de destacar a rubrica dos impostos diretos, que representam 56% do valor total das receitas e 78% das receitas próprias do município, e que **em 2012, ano de contexto financeiro complexo para as famílias, apresentaram um aumento de quase 5%.**

Neste campo, é de destacar que o PS se vem batendo, continuamente, por uma revisão profunda do pacote fiscal municipal, nomeadamente ao nível da redução das taxas de IMI. O aumento de quase 10% das receitas geradas com o IMI, que representa um encaixe financeiro de quase 2M€ é a prova de que o PS estava certo quando defendia a redução desta taxa. Continuamos a defendê-lo, muito mais neste contexto difícil, e com a perspetiva da sua tendência positiva nos próximos anos. Num contexto difícil e de austeridade para as famílias, esta Câmara já deveria ter tido a sensibilidade suficiente para atenuar os encargos com este e outros impostos.



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo da Assembleia Municipal da Maia

Concelhia da Maia

[Assinatura]

[Assinatura]

Relembro aqui que o PS defendeu, aquando da fixação das taxas de IMI e de IRS uma descida das mesmas, por forma a atenuar a situação financeira das famílias do concelho. O executivo e a maioria que Governa o concelho não deram ouvidos ao PS e hoje apresentam-nos uma Prestação de Contas que, num contexto de crise e de austeridade marcada, apresenta uma subida de impostos diretos globais de mais de 1,5M€.

Nos casos específicos do IMI e do IRS, esta Câmara, regista um aumento de 2,1 M€, o que representa um aumento de receitas com impostos superiores a 8%.

Haja sensibilidade e escute-se as propostas do PS. Reforço aqui que, por proposta do PS, esta Câmara procedeu a uma redução das taxas de Derrama, e aquilo que se pode verificar nesta Prestação de Contas é que a proposta do PS foi positiva, porque ao contrário daquilo que se podia recear, esta medida teve um efeito positivo nas contas do município.

E neste seguimento, o PS reforça aqui novamente a necessidade de se rever o pacote fiscal aplicado às famílias, porque ficou aqui bem patente que existe possibilidade de o concretizar, sem afetar a saúde financeira do município.

3

Uma gestão pública rigorosa é aquela que não só se vangloria por apresentar uma boa saúde financeira, mas sim aquela que é capaz de partilhar e colocar essa saúde financeira ao serviço da população.

Para terminar o capítulo das receitas uma última nota para as transferências. As correntes mantêm-se quase inalteradas apresentando uma queda de cerca de 300 mil euros. No entanto, do ponto de vista das transferências de capital registo para uma queda de 1,8M€, circunstância esta justificada pelo financiamento quase integral dos projetos ao abrigo do QREN e que, demonstram bem que não existem outros projetos para além destes que já se concretizaram há cerca de 3/4 anos, vivendo o concelho quase parado em termos de concretizações.

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Passando à análise da despesa verifica-se uma diminuição total de 8,5%, sendo que as despesas de capital sofrem uma redução de mais de 15%, enquanto as despesas correntes caem cerca de 6%. No entanto, analisando mais ao detalhe a estrutura da despesa nota-se



Concelhia da Maia

que a diminuição desta se fez sobretudo na rubrica do pessoal, que cai 9%, fruto das medidas inconcebíveis de austeridade aplicadas pelo Governo aos salários dos trabalhadores.

Por outro lado, verifica-se que em termos de aquisição de bens e serviços há um aumento de 7,1%. Ou seja, em termos de racionalização não parece que o trabalho esteja a ser totalmente executado. É verdade que existem situações, como o aumento do IVA nas refeições e o aumento do IVA na eletricidade que justificam, em parte, o aumento desta rubrica. Contudo, verifica-se que se retirássemos o efeito destas medidas governamentais, a rubrica da aquisição de bens e serviços apresentaria uma queda de cerca de 3%. Ora, relembrando que em 2011 o executivo preconizava uma diminuição de 13% nestas despesas, fica claro que o trabalho de racionalização não está todo feito.

Olhando para as transferências correntes e subsídios, continua-se a notar que as freguesias absorvem cerca de 19% do valor total das transferências, sendo que as Instituições sem fins lucrativos arrecadam 35%, significando esta verba quase 2M€, o dobro do valor das transferências para as freguesias. **Neste ponto, o PS, volta a referir a necessidade de uma revisão do modelo de atribuição de subsídios e transferências.**

Quanto ao restante montante das transferências (41%) seguem para as empresas municipais onde, mais uma vez, é de destacar os quase 700 mil € transferidos para o TECMAIA para fazer o reequilíbrio das contas desta empresa. O PS mostra mais uma vez aqui a sua preocupação com estado do Parque de Ciência e Tecnologia, para o qual é necessário encontrar uma saída e que, em 2012, apresentou um resultado líquido negativo de 1,7M€.

Em termos de investimento global registo para a queda de 27,7%, representando o investimento apenas 11% do total da despesa. Em termos de investimento direto a queda atinge os 20% não sendo o valor do investimento superior a 4,5M€.

Em termos das **Grandes Opções do Plano**, com taxa de execução média de 73%, é de assinalar sobretudo o desinvestimento na área da habitação que cai cerca de 20%, registando uma taxa de execução inferior a 50%. De notar que dos 12M€ previstos, apenas foram executados 5M€ em nova despesa. **O PS tem vindo a alertar sistematicamente para situações de carência na área da habitação e são preocupantes os sinais de desinvestimento nesta área. Também na habitação são necessárias novas políticas de atuação e um maior empenho na resolução dos problemas das famílias.**



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo da Assembleia Municipal da Maia

Concelhia da Maia

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Relativamente à dívida do município não podemos deixar de destacar a redução de 17,1% registada. Contudo, não se pode deixar de referenciar o fardo histórico que a dívida tem no município da Maia e as suas consequências, nomeadamente ao nível da paralisia da atividade da Câmara. É verdade que este rumo de descida da dívida era imperativo para a consolidação das contas e a verdade é que esta evolução positiva, se deveu em muito às limitações sucessivas que foram impostas em termos de rigor orçamental às autarquias, apesar de, por vezes, serem muito criticadas pela maioria que governa esta Câmara.

No entanto, da análise da dívida é de destacar que o empréstimo feito ao abrigo do PREDE, e que representa quase 30% dos empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento do município, tem carência de capital e a taxa de juro é de 0% até 2013. Ou seja, nos próximos anos irão aumentar os encargos associados a este empréstimo e, por consequência, o peso do serviço da dívida no orçamento do município.

Aliás, nota para o facto da tendência de aumento, registada desde 2009, do peso do serviço da dívida, o qual representa hoje, 15% do total da receita cobrada e 16% da despesa paga. Desde 2009, o peso do serviço da dívida teve um aumento de 5%. Este aumento do peso da dívida no orçamento municipal é a ilustração clara do fardo histórico que a dívida representa e a forma limitadora que assume ao nível das disponibilidades financeiras para outros investimentos. É ainda de reforçar que não se prevê nos próximos anos, uma inversão desta tendência de crescimento.

5

Quanto ao endividamento o PS não pode deixar de referir aqui a contribuição do TECMAIA para a dívida do município. Quanto ao agrupamento das sociedades com impacto no endividamento municipal permanece como preponderante a influência do TECMAIA, que contribui com quase 8,5M€ para o montante da dívida, valor este que corresponde a 24% dos empréstimos de MLP que revelam para o limite de endividamento.

Para além do valor global da dívida do TECMAIA é de notar que não se regista, neste caso particular, qualquer redução da dívida, aumentando mesmo o impacto da mesma na contribuição para o endividamento líquido passando de um valor de 9,8M€ em 2011, para um valor de 10,0M€ em 2012. A acrescentar a esta preocupação está o facto de esta empresa



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo da Assembleia Municipal da Maia

Concelhia da Maia

acumular, ano após ano, resultados negativos, tendo este ano agravado esse resultado em 400 mil euros. O PS reforça, mais uma vez, a sua preocupação com o TECMAIA, sendo urgente encontrar soluções para a sua viabilidade.

GESTÃO CONSOLIDADA

Para terminar esta análise, nota final para o facto de na consolidação de contas, não terem sido incluídas nas demonstrações financeiras as participações nos Fundos de Investimento Imobiliário Fechados que, em 2012, evidenciavam um passivo de 18,5M€.

Entendemos os preceitos seguidos pelo município, mas não podemos deixar de referir, tal como já o fizemos no passado, que consideramos não ser esta a melhor opção.

CONCLUSÃO

Em termos de conclusões finais, o PS reitera que esta prestação de contas evidencia bem a falha de algumas opções desta CM, pelo que não poderemos votar favoravelmente a mesma.

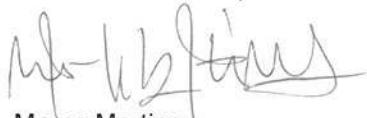
Reforçamos mais uma vez a necessidade de se proceder a uma revisão do pacote fiscal municipal que incide sobre os maiatos, tendo por base uma análise séria dos impostos aplicados.

6

O momento de crise que se vive exige uma maior perspicácia na ação da gestão municipal, facto que, percebemos também pela análise realizada, que não é o forte desta gestão. A teia impeditiva de uma maior execução e atividade municipal tem que ser olhada com uma outra visão, de forma a descobrir e a potenciar as ações necessárias para que o município não continue neste ritmo de "marca passo", possibilitando uma visão que vá para além da dívida.

É necessário uma visão estratégica global para o concelho, integrada na região, que traga à Maia um projeto de liderança e um projeto de futuro.

Assembleia Municipal da Maia, 30 de abril de 2013


Marco Martins

Ex.mo Srº Presidente da A.M.
Ex.mos Srº Secretários
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Ex.mos Senhores Vereadores
Caros Colegas
Estimado Público
Comunicação Social

✓
P
MF

Os documentos que hoje são objecto da nossa apreciação traduzem o desempenho do nosso Município durante o ano de 2012.

A minha intervenção centrar-se-á nos aspectos mais relevantes da sua gestão, sustentada na excelência da informação analítica das diferentes peças que nos são presentes.

Iniciando essa análise pelo Balanço e Demonstração de Resultados, instrumentos fundamentais para avaliação da performance de qualquer instituição, importa salientar a melhoria significativa dos resultados operacionais, facto que impulsionou a melhoria dos resultados líquidos.

Os Fundos Próprios espelham igualmente uma grande estabilidade, e o resultado líquido apresentado evidencia um claro contributo do ciclo de exploração através dos resultados operacionais alcançados.

Estas conclusões são inteiramente suportadas pela análise, na óptica orçamental, que efectuarei de seguida.

A RECEITA, cujo montante global atinge os 63,177 milhões com uma taxa de execução de 86%, é explicitada através das receitas correntes (57,254 milhões) e uma taxa de execução de 98 %, e das receitas de capital (4,268 milhões) com uma execução de 31%, revelador do contexto macro económico em que vivemos. Porém impõe-se salientar a forte estabilidade das receitas correntes que constitui um garante da autonomia financeira do município.

Aliás o grau de autonomia financeira está traduzido nos principais rácios de estrutura:

- Peso das Receitas Próprias no Total das Receitas 72%
- Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente 169%

Ambos os indicadores traduzem um grau de eficiência elevado, e atestam de forma muito clara a nossa autonomia financeira.

A Despesa que ascendeu a 56.388.539€ teve uma taxa de execução de 76,5%, repartida pela sua componente Corrente, com uma execução superior a 87% e a componente Capital com uma realização de 58%. A despesa de funcionamento, traduzida na diminuição das despesas com pessoal, e de outras

✓ ✓ ✓

despesas correntes, evidencia uma tendência positiva de diminuição que importa salientar no contexto de ajustamento estrutural que se impõe face à natural quebra de receitas resultantes, do arrefecimento da atividade económica.

Este ajustamento é ainda mais evidente no nível de endividamento e sua evolução. A trajetória desta variável é notável, considerando os resultados alcançados e o facto de ter sido realizada em contra ciclo, isto é, numa fase em que no País uma grande parte dos organismos públicos, incluindo o Governo da Republica, recorriam ao credito fácil para financiar os seus investimentos. O Município da Maia iniciou um processo de redução e reestruturação da sua Dívida que culminou nos seguintes resultados:

- Dívida Total 2006-2012 (-51,5%)
- Medio e Longo Prazo (-37,8%)
- Curto Prazo (-76,1%) no mesmo período

Releva-se, que ao longo de 2012, fruto de um elevado rigor orçamental, o montante global da dívida foi reduzido em cerca de 17%, dos quais 15 % na dívida a médio e longo prazo e 27% na dívida a curto prazo. Aqui assume particular relevância a clara diminuição nas rubricas Fornecedores c/c, e Fornecedores de Imobilizado, que sustenta a redução significativa do prazo medio de pagamentos, ~~que é hoje de cerca de 70 dias.~~

Impõe-se ainda salientar, em nome da verdade e do rigor, que esta estratégia nos permitiu, ao

contrário de um grande numero de municípios e outros organismos estatais, não termos hoje a nossa "TROIKA". Sim porque o recurso ao PAEL constitui um forte condicionamento à aplicação das políticas municipais, em termos das imposições, ditadas por esse programa, ao nível da despesa e da receita. Esta estratégia de ajustamento seguida pelo Município teria sido um bom exemplo para os nossos governantes, que nos pouparia ao ajustamento doloroso que hoje sofremos.

*Todos os municípios que deram por fechados por este A.T. que
nos difere os momentos separados pelas políticas da junta. Este é
o resultado de uma reorganização destes órgãos*

Acresce o facto de este caminho ter sido trilhado sem nunca comprometer a qualidade do investimento, mesmo que pontualmente o seu volume tenha sido reduzido, como seria inevitável.

Um comentário final para outro importante documento que integra a prestação de contas. Refiro-me ao Inventário do Património cujo valor bruto, relevado a custo histórico ou de aquisição ascende a ~~159~~ Milhões, mas o valor estimado a preços de mercado aproxima-se dos 1.000 milhões de euros. É um valor que pela sua expressão dispensa qualquer outro comentário.

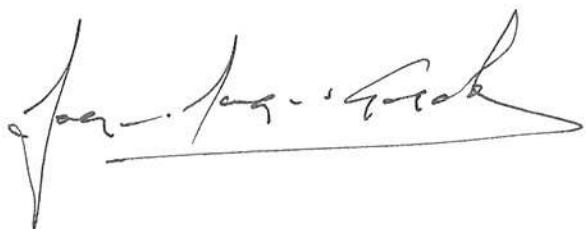
A clareza dos números fala por si e reafirma tudo o que disse sobre o desempenho do grupo municipal ao longo de 2012.

Estou certo, e todos os indicadores o confirmam, que este é o caminho que iremos continuar a trilhar na procura permanente de uma,

ainda maior, eficiência na gestão dos nossos recursos.

É pois com total convicção que iremos aprovar este documento, suportados no excelente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, num contexto económico fortemente recessivo, patente na forma gradualista como tem sabido ajustar o nível da despesa, continuando a assegurar as mais importantes funções sociais.

Para si, Srº Presidente da Câmara, uma palavra de reconhecimento pela dedicação e determinação que tem demonstrado, na defesa dos superiores interesses do nosso concelho, patente na forma sensata e equilibrada como o tem liderado, e cujo testemunho está bem expresso nestes documentos.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Joaquim José Góis". The signature is fluid and cursive, with a horizontal line underneath it.

BLOCO ESQUERDA**MAIA****Proposta de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho da Maia**

O Bloco de Esquerda sempre defendeu a regulação dos horários do comércio e a limitação de abertura dos horários das grandes superfícies aos domingos e feriados.

Além disso, considera que a total liberalização de horários entre as 6h e as 24horas na esmagadora maioria das actividades comerciais do Concelho não tem em consideração as especificidades locais, localização dos estabelecimentos, matérias como o ruído, perturbação do sossego e o interesse da actividade em concreto.

Não foram efectuados estudos nem ponderadas as consequências da sua localização.

No que respeita às grandes superfícies a sua liberalização provou que não aumentaram os postos de trabalho e teve como consequência o encerramento de muitas pequenas empresas do comércio e a destruição de centenas de postos de trabalho.

A crise afecta o consumo e o pequeno e médio comércio não consegue concorrer com os grandes superfícies.

Os horários das grandes superfícies são os mais abertos e desregulados da Europa e a Câmara da Maia apresenta uma proposta que aponta no mesmo sentido o que não pode deixar de merecer a nossa discordância.

Consideramos que o horários de funcionamento entre as 6horas e 23 horas de segunda a sexta-feira e o encerramento das grandes superfícies – sem prejuízo da nossa posição de princípio de encerramento aos domingos e feriados – a partir das 13 horas aos domingos e feriados.

Não concordamos que uma proposta que lesa os interesses dos trabalhadores, prejudica e põe em causa o comércio tradicional e que não serve a dinamização da actividade económica local como tem sido evidente

com o aumento da precariedade no emprego e despedimentos e até os encerramento de empresas como foi exemplo a Izibuild na Maia.

Este é um regulamento que apenas visa servir, embora ainda que não intencionalmente, os interesses de uma parte.

Além disso, não há um estudo local sobre o impacto desta liberalização que resulta de uma das muitas medidas erradas e desenquadradas da realidade económica do País deste Governo.

Não vislumbramos por tal motivo nenhum benefício, seja para os trabalhadores, porque para além dos pressupostos acima referidos têm cada vez prejudicado o equilíbrio entre a vida familiar e o trabalho, assim como para o pequeno comércio que está cada vez mais próximo da falência face à impossibilidade de competir com as grandes superfícies.

Assim, em nossa opinião a Câmara da Maia podia e devia manter o anterior regulamento, naturalmente sem prejuízo de uma reflexão séria sobre esta matéria, tendo em atenção a complexa e profunda da regulação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços e naturalmente as suas implicações. Para terminar deixava as seguintes perguntas:

-Foram consultados os órgãos representativos dos trabalhadores? Foram consultadas as Associações de comerciantes? Se sim, quais as respostas obtidas? As conclusões levaram à proposta aprovada pelo executivo e aqui agora colocada nesta Assembleia Municipal?...

O Grupo Parlamentar do BE Maia

Maia, 30 de Abril de 2013

Silvestre Pereira



Francisco Amorim

